

***International Meal Company
Holdings S.A. e Controladas***

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
International Meal Company Holdings S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da International Meal Company Holdings S.A. (“Sociedade”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da International Meal Company Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da International Meal Company Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

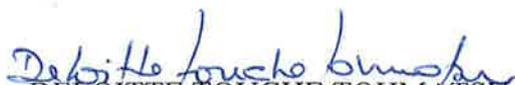
Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sociedade, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de março de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2



DIVULGAÇÃO 4T11 E 2011
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- **Cotação IMCH3 em 31.12.2011**

R\$12,99

- **Valor de Mercado em 31.12.2011**

R\$1,1 bilhão

USD581 milhões

- **Teleconferência de Resultados**

Quinta feira, 15 de março de 2012.

Português

Horário: 11h00 (Brasília) / 10h00 (US ET)

Telefone de Conexão: +55 (11) 3127-4971

Código: IMC

Inglês

Horário: 12h30 (Brasília) / 11h30 (US ET)

Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776

Código: IMC

- **A apresentação de slides estará disponível no site:**

www.internationalmealcompany.com/ri

- **CEO:** Javier Gavilán

- **CFO:** Julio Millán

- **Diretor de RI:** Neil Amereno

- **Contato**

ri@internationalmealcompany.com

Tel.: +55 (11) 3041.9538

EBITDA DA IMC CRESCE 17% E ATINGE R\$ 140 MILHOES EM 2011

São Paulo, 14 de março de 2012. A International Meal Company Holdings S.A. (BM&FBOVESPA: IMCH3), uma das maiores Companhias multimarcas no setor de varejo de alimentação do Brasil, divulga os resultados do quarto trimestre de 2011 (4T11) e do ano de 2011 (2011). As informações apresentadas são consolidadas e estão expressas em milhões de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo aos princípios contábeis adotados no Brasil e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Todas as comparações referem-se ao mesmo período do ano anterior.

DESTAQUES DO PERÍODO

- **A Receita Líquida** total da Companhia foi de **R\$251,4 milhões** no 4T11, com crescimento de 22,9% sobre o 4T10 ou de 22,7%, se excluídos os efeitos da variação cambial.
- O **EBITDA Ajustado** atingiu **R\$49,8 milhões** no 4T11, com crescimento de 8,9% sobre o 4T10, ou de 9,0%, se excluídos os efeitos da variação cambial.
- Foram abertas **23** lojas no 4T11, atingindo um **total de 276** no final do período, totalizando um crescimento de 62 no ano de 2011.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 13 de fevereiro, a companhia publicou um comunicado ao mercado informando sobre um acordo para a abertura de até 50 novas lojas da marca Carl's Jr. nos mercados do México, Caribe e Colômbia.
- Em 22 de fevereiro, a companhia divulgou fato relevante informando que assinou memorando de entendimentos para adquirir 7 lojas das marcas Wraps e Go Fresh, além de 5 franquias.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros investidores,

No último mês de dezembro, completamos 5 anos desde a criação da IMC e estamos extremamente orgulhosos dos resultados atingidos pelo nosso time nesse período.

Finalizamos 2011 com 276 lojas, divididas em 6 países, onde trabalham atualmente mais de 10 mil colaboradores.

Consolidamos a nossa presença nos mercados cativos que consideramos estratégicos e criamos soluções inovadoras para entrar em novos mercados até então pouco explorados por nossos competidores.

Nossas marcas são consideradas *top of mind* em todas as pesquisas que temos conhecimento, prezando principalmente pela qualidade dos nossos produtos e pela satisfação dos nossos clientes.

Nossa rotatividade de mão de obra tem diminuído ano após ano, trazendo mais um indicio que estamos no caminho certo rumo à perpetuação do nosso negócio. Acreditamos que o alinhamento dos nossos interesses com o dos nossos funcionários é a peça chave para continuarmos crescendo de uma forma rentável e estável no longo prazo.

Comentário do Ano

2011 começou cercado de incertezas na economia mundial. As guerras no mundo árabe e o começo da crise nos países europeus trouxeram um temor sobre a possibilidade das economias latino americanas serem atingidas e conseqüentemente sobre uma freada no consumo desses países.

Nesse contexto, fizemos o nosso IPO em 10 de Março, captando R\$ 434 milhões (R\$ 298 milhões relativos a oferta primaria), destinados principalmente ao crescimento no número de lojas da companhia e a readequação da nossa estrutura de capital.

Como resultado dessa proposta, abrimos 62 novas lojas e pagamos aproximadamente R\$ 172 milhões de dívida ao longo desse ano, finalizando 2011 com uma relação dívida líquida sobre EBITDA de 0,7 vezes (0,4 vezes, se considerarmos os recebíveis como caixa).

Em abril, inauguramos a praça de alimentação no aeroporto de Tocumen, no Panamá, onde temos direito de explorar o setor de alimentação pelos próximos 15 anos, inclusive possuindo o direito prioritário de abrir novas lojas sempre que for necessário.

Relatório da Administração 2011



Ainda em julho adquirimos o direito de explorar restaurantes em 5 aeroportos na Colômbia, onde acreditamos que a melhora da situação econômica nos trará condições de atingir rentabilidades extremamente elevadas no curto prazo.

Em setembro, adquirimos a operação exclusiva de catering do aeroporto internacional de Viracopos, dando o nosso primeiro passo para explorar expandir o nosso negocio em um dos aeroportos que mais cresce no país atualmente.

No mês de novembro, finalizamos a implantação do SAP na ultima marca restante, melhorando assim, o nosso controle e poder de planejamento.

No ultimo mês do ano, lançamos a primeira loja do nosso novo conceito, chamado de Frango Assado Express, com o objetivo ser a principal marca especializada em frangos no setor de fast food nos próximos anos.

Comentaremos nas próximas paginas os resultados atingidos em 2011, mas desde já deixamos a nossa mensagem otimista para esse novo ano de desafios que teremos pela frente.

A Administração



RESUMO DOS RESULTADOS E INDICADORES OPERACIONAIS

SUMÁRIO (em milhões de R\$)	4T11	4T10	Var. (%) 4T11/4T10	FY 2011	FY 2010	Var. (%) FY11/FY10
NÚMERO DE LOJAS (final de período)	276	214	29,0%	276	214	29,0%
VENDAS NAS MESMAS LOJAS (SSS ¹)	207,4	196,2	5,7%	753,4	700,6	7,5%
RECEITA LÍQUIDA	251,4	204,6	22,9%	898,6	749,7	19,9%
LUCRO BRUTO	73,1	67,3	8,5%	266,1	238,1	11,7%
MARGEM BRUTA (%)	29,1%	32,9%	-3,8 p.p.	29,6%	31,8%	-2,1 p.p.
DESPESAS OPERACIONAIS	(45,2)	(33,2)	35,9%	(188,7)	(162,2)	16,3%
REVERSÃO DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO ²	21,9	11,6	88,4%	62,6	44,1	41,8%
EBITDA Ajustado ³	49,8	45,7	8,9%	140,0	120,1	16,6%
MARGEM EBITDA Ajustado (%)	19,8%	22,3%	-2,5 p.p.	15,6%	16,0%	-0,4 p.p.
DESPESAS COM ITENS ESPECIAIS ⁴	(14,6)	(10,7)	n/a	(43,5)	(16,7)	n/a
RESULTADO FINANCEIRO	(4,1)	(6,6)	-37,3%	(14,9)	(36,7)	-59,2%
IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1,1)	(1,7)	-36,8%	(17,0)	(14,7)	16,0%
LUCRO LÍQUIDO	8,1	15,1	-46,6%	1,9	7,9	-76,2%
MARGEM LÍQUIDA (%)	3,2%	7,4%	-4,2 p.p.	0,2%	1,1%	-0,8 p.p.

(1) Vendas nas Mesmas Lojas (SSS): Vide definição no Glossário.

(2) No 4T11, o item inclui R\$10,5 milhões correspondentes a depreciação e amortização contabilizadas no custo com mercadorias e R\$11,4 milhões correspondentes a depreciação e amortização contabilizadas como Despesas Operacionais. No 4T10, o item inclui R\$3,4 milhões correspondentes a depreciação e amortização contabilizadas no custo com mercadorias e R\$8,2 milhões incluídos nas Despesas Operacionais.

(3) EBITDA Ajustado: Vide definição no Glossário.

(4) Itens Especiais: Gastos relativos a diligências para aquisições de novos negócios e gastos e investimentos pré-operacionais necessários para o início de operações de novos pontos comerciais e novas lojas.



EXPANSÃO DE LOJAS

A Companhia encerrou o 4T11 com 276 lojas, contra 214 no 4T10. O aumento líquido no número de lojas correspondeu ao acréscimo de 48 lojas em Aeroportos, 6 em Rodovias, 7 em *Shopping Centers*, e 1 loja em outros segmentos. A expansão em aeroportos correspondeu a 9 lojas no Brasil e 39 em aeroportos internacionais, vinculadas principalmente à abertura de novos mercados no Panamá e na Colômbia e à expansão de pontos no México e na República Dominicana. No conjunto, a área de lojas foi incrementada em 14,2 mil m², representando um aumento de 17,7%, quando comparada ao final do 4T10.

Número de Lojas por Segmento



RECEITA LÍQUIDA

RECEITA LÍQUIDA E ÁREA DE VENDAS (em milhões de R\$ e m ²)	4T11	4T10	Var. (%)	FY 2011	FY 2010	Var. (%)	m ² - 2011	m ² - 2010	Var. (%)
Aeroportos	95,3	66,3	43,9%	340,1	248,1	37,1%	18.868	14.308	31,9%
Rodovias	83,0	70,7	17,4%	294,6	251,2	17,3%	44.661	36.219	23,3%
Shopping Centers	60,1	54,4	10,4%	218,4	203,9	7,1%	20.246	18.812	7,6%
Outros	12,9	13,2	-2,1%	45,5	46,6	-2,3%	14.765	14.371	2,7%
Total Receita Líquida	251,4	204,6	22,9%	898,6	749,7	19,9%	98.541	83.709	17,7%

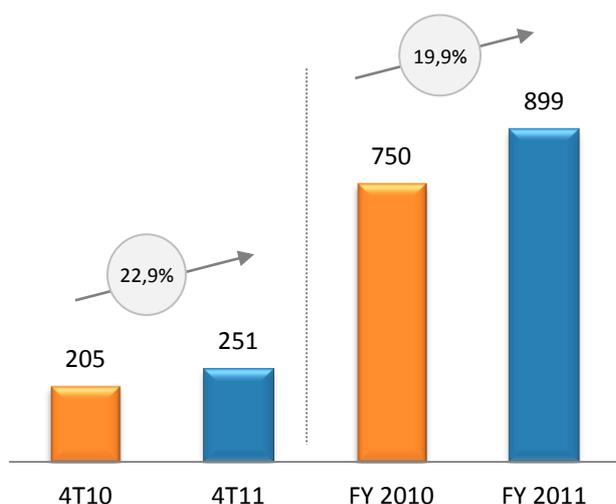
RECEITA LÍQUIDA (em milhões de R\$ e m ²)	4T11	4T10	Var. (%)	FY 2011	FY 2010	Var. (%)
Alimentação	203,0	161,8	25,4%	712,5	597,2	19,3%
Gasolina em rodovias	36,2	32,2	12,2%	133,1	112,2	18,7%
Gasolina aeronáutica - (Porto Rico)	7,5	5,7	31,5%	35,8	20,8	72,4%
Outros	4,7	4,8	-2,1%	17,2	19,6	-11,9%
Total Receita Líquida	251,4	204,6	22,9%	898,6	749,7	19,9%



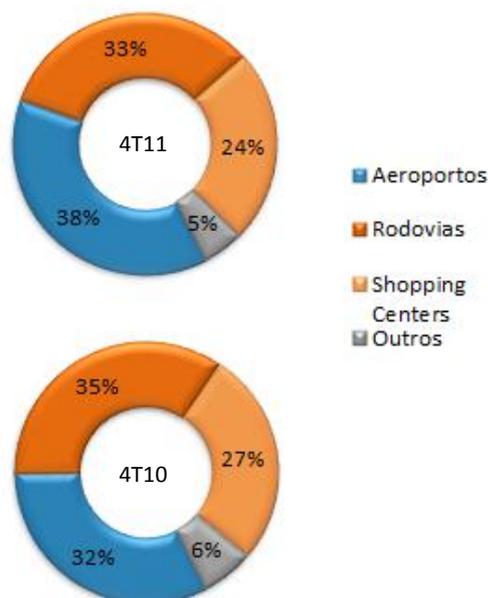
No 4T11 a Receita Líquida da Companhia atingiu R\$251,4 milhões, representando um aumento de 22,9% em relação ao mesmo período do ano anterior ou, 22,7%, quando excluídos os efeitos da variação cambial. Este incremento, acima da média de crescimento do ano, representou o maior crescimento para o exercício de 2011. As receitas da Companhia continuam a serem impulsionadas pela expansão das operações em Aeroportos e Rodovias, responsáveis por 37,9% e 33,0%, respectivamente, da Receita Líquida total no trimestre. Já no exercício de 2011, a Receita Líquida atingiu R\$898,6 milhões, que representou um crescimento de 19,9% sobre o ano de 2010.

Conforme ocorrido em trimestres anteriores, os segmentos de Aeroportos e Rodovias (atualmente, os mais rentáveis da companhia) continuam a registrar, conjuntamente, um avanço na composição do total de vendas, passando de 66,9% no 4T10 a 71,0% no 4T11. No exercício de 2011, o conjunto das receitas destes segmentos representaram 70,6%, com um avanço de 4% sobre o total das receitas do exercício de 2010.

Receita Líquida
(R\$ Milhões)



Receita Líquida por Segmento



O aumento registrado nas vendas do 4T11 foi sustentado, principalmente, pelos seguintes fatores:



- i. Expansão de 17,7% da área de lojas, quando comparada ao 4T10, como consequência da abertura de novas lojas e reformas em lojas existentes; e,
- ii. Aumento de 5,7% nas Vendas nas Mesmas Lojas quando comparadas ao 4T10.

O aumento das Vendas nas Mesmas Lojas a que se refere o item (ii) acima foi impulsionado, sobretudo, pelas vendas nos segmentos de Aeroportos e Shopping Centers, que cresceram, respectivamente, 7,6% e 5,3% no mesmo período.

É importante ressaltar que no ano de 2011, alguns feriados importantes caíram em datas que não favorecem "emendas", diminuindo assim o trafego de carros quando comparado ao ano anterior.

Abaixo, mostramos uma tabela comparativa dos principais feriados e os respectivos dias que ocorreram.

FERIADOS NO TRI

Data	Celebração	Dia da semana	
		4T11	4T10
12/out	Nossa Sra Aparecida	Quarta - feira	Terça - feira
02/nov	Finados	Quarta - feira	Terça - feira
15/nov	Proclamação da República	Terça - feira	Segunda - feira
24/dez	Véspera de Natal	Sábado	Sexta - feira
31/dez	Ano Novo	Sábado	Sexta - feira

No acumulado do ano de 2011, as Vendas nas Mesmas Lojas apresentaram um crescimento de 7,5%, quando comparadas ao exercício anterior, em linha com o esperado pela companhia.

VENDAS NAS MESMAS LOJAS (SSS) (em milhões de R\$)	4T11	4T10	Var. (%)	FY11	FY10	Var. (%)
Aeroportos	65,1	60,5	7,6%	259,7	233,1	11,4%
Rodovias	74,0	70,6	4,8%	247,2	229,6	7,7%
Shopping Centers	56,6	53,8	5,3%	205,0	196,4	4,4%
Outros	11,6	11,3	3,4%	41,5	41,5	0,0%
Total Vendas nas Mesmas Lojas	207,4	196,2	5,7%	753,3	700,6	7,5%

(1) Vide definição de Vendas nas Mesmas Lojas no Glossário.



LUCRO BRUTO

LUCRO BRUTO (em milhões de R\$)	4T11	4T10	Var. (%)	FY 2011	FY 2010	Var. (%)
Receita Líquida	251,4	204,6	22,9%	898,6	749,7	19,9%
Custos de vendas e serviços	(178,3)	(137,3)	-29,9%	(632,6)	(511,7)	-23,6%
Mão de obra direta	(58,5)	(43,6)	-34,1%	(203,3)	(162,6)	-25,0%
Refeição, combustível e outros	(109,4)	(90,2)	-21,2%	(398,4)	(331,4)	-20,2%
Depreciação e amortização	(10,5)	(3,4)	-204,9%	(30,8)	(17,6)	-74,7%
Lucro Bruto	73,1	67,3	8,5%	266,1	238,0	11,8%
Margem Bruta (%)	29,1%	32,9%		29,6%	31,8%	

A Companhia encerrou o 4T11 com um Lucro Bruto de R\$73,1 milhões, contra R\$67,3 milhões do 4T10. Essa variação representou um aumento de 8,5% entre os trimestres ou de 8,6%, se excluídos os efeitos da variação cambial.

Quando comparada ao 4T10, a Margem Bruta da Companhia apresentou uma redução de 3,8% no trimestre por conta, principalmente, do aumento nos custos com mão de obra e pela maior depreciação e amortização vinculada ao aumento de ativos no período.

Se excluídos os efeitos da depreciação e amortização, que não possuem efeito caixa, a redução na margem bruta seria de 1,3%.

É importante ressaltar que esse aumento no custo de mão de obra já reflete parte do aumento do salário mínimo de 14% imposto pelo governo federal, uma vez que a Companhia se antecipou nas negociações com os sindicatos para absorver mais suavemente o efeito.

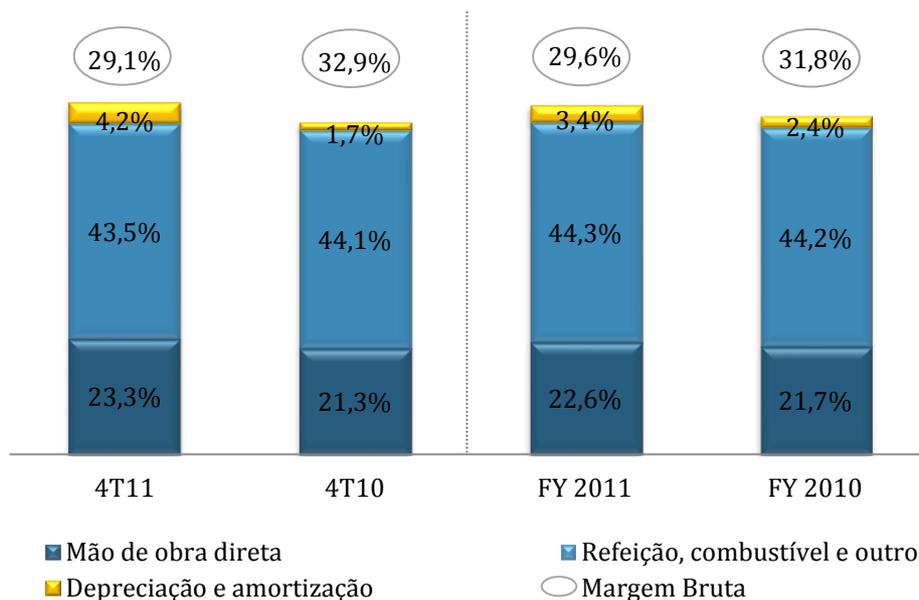
Os custos com alimentos, combustível e outros, continuaram a apresentar uma melhoria no período, e passaram de representar 44,1% da receita líquida no 4T10, para 43,5% no 4T11, fruto do nosso contínuo esforço em melhoria nas negociações e redução de perdas.

No acumulado de 2011, a Margem Bruta atingiu 29,6% contra 31,8% do exercício de 2010. Em linha com o ocorrido no trimestre, a redução de 2,2% na Margem Bruta do exercício foi consequência do impacto dos aumentos nos custos com mão de obra e da maior depreciação e amortização.

Sem os efeitos que não impactam o caixa, a redução na margem bruta seria de 1,2% no ano, em linha com o esperado pela Companhia.



Composição do Custo de Vendas e Serviços (% sobre Receita Líquida)



DESPESAS OPERACIONAIS

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (em milhões de R\$)	4T11	4T10	Var. (%)	FY 2011	FY 2010	Var. (%)
Despesas comerciais	(1,7)	(3,5)	-50,9%	(8,5)	(9,2)	-7,6%
Despesas gerais e administrativas	(50,1)	(29,1)	-72,3%	(174,3)	(147,8)	-17,9%
Depreciação e amortização	(11,4)	(8,2)	-39,5%	(31,8)	(27,3)	-16,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	18,0	7,5	139,6%	25,9	22,1	17,0%
Total receitas (despesas) operacionais antes de itens especiais	(45,2)	(33,2)	-35,9%	(188,7)	(162,2)	-16,3%
% sobre Receita Líquida	-18,0%	-16,3%		-21,0%	-21,6%	
Despesas com itens especiais	(14,6)	(10,7)	n/a	(43,5)	(16,7)	n/a
Total receitas (despesas) operacionais	(59,8)	(43,9)	-36,1%	(232,2)	(178,9)	-29,8%
% sobre Receita Líquida	-23,8%	-21,5%		-25,8%	-23,9%	

As Despesas Operacionais da Companhia, antes de itens especiais, totalizaram R\$45,2 milhões no 4T11, e representaram 18,0% da receita líquida, 1,7% acima do mesmo período do ano anterior. Este incremento esteve vinculado ao aumento nas despesas com depreciação e amortização, motivado pela incorporação de ativos e da abertura de novas lojas e novos mercados, e das Despesas Gerais e Administrativas, que no 4T10 ficaram bem abaixo da média trimestral devido a uma reversão de possíveis contingências, que expirou naquele trimestre (R\$ 5,7 milhões). O aumento foi parcialmente compensado por uma redução nas Despesas Comerciais e pelo aumento no item Outras Receitas

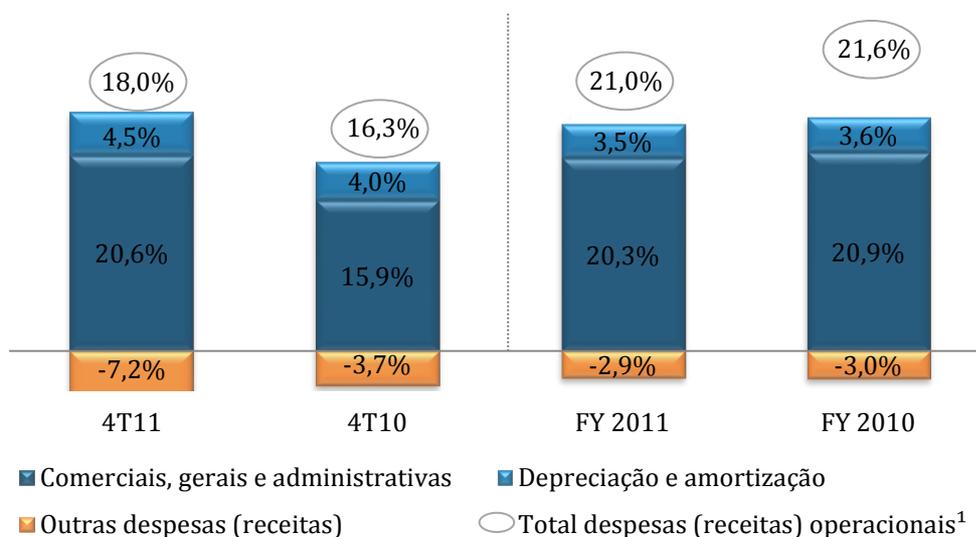


(Despesas) Operacionais, principalmente devido a maiores receitas decorrentes da negociação de verbas promocionais junto a fornecedores e contratos de exclusividade.

Quanto a comparação anual, vale lembrar que no ano de 2010 vendemos um imóvel em Belo Horizonte que trouxe uma receita extra de R\$ 7,0 milhões. Se excluirmos esse imóvel, o aumento da conta de outras receitas operacionais seria de 67%.

Os gastos com itens especiais no montante de R\$14,6 milhões corresponderam, principalmente, a despesas com aquisições e aberturas de lojas em aeroportos internacionais, *due dilligences* relativos a aquisições e ao investimento final que fizemos em hardware para a ultima etapa do sistema SAP.

Composição das Despesas Operacionais¹ (% sobre Receita Líquida)

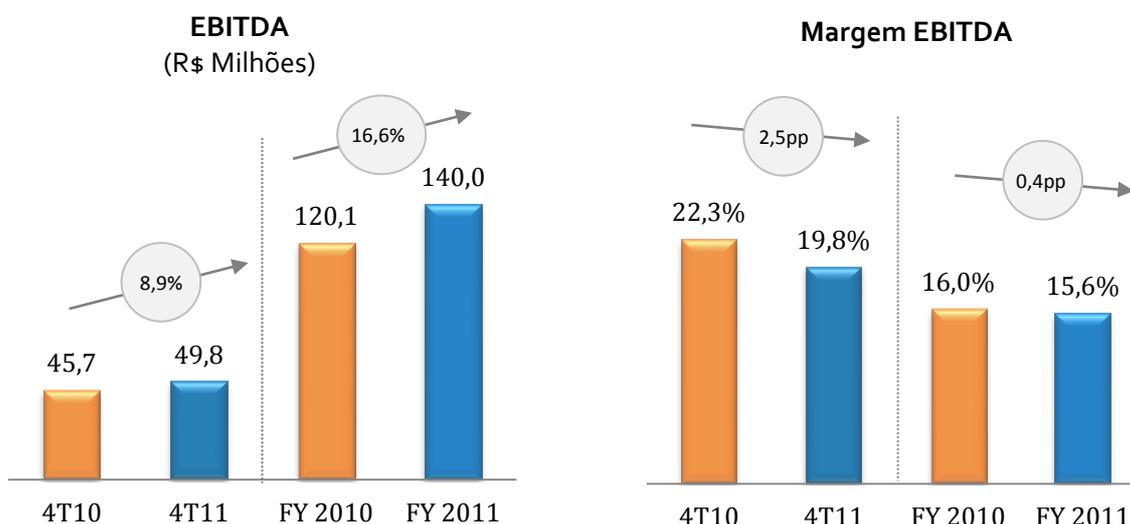


(1) Exclui itens especiais.



EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado da Companhia, antes das despesas com itens especiais, totalizou R\$49,8 milhões no 4T11, e registrou um aumento de 8,9% quando comparado ao EBITDA Ajustado do 4T10, ou de 8,3%, se excluídos os efeitos da variação cambial.



A Margem EBITDA Ajustada da Companhia apresentou uma redução de 2,5 pontos percentuais, passando de 22,3% para 19,8% da Receita Líquida no 4T11, pelos motivos já explicados acima.

No ano de 2011 o EBITDA Ajustado totalizou R\$140,0 milhões, que representou um aumento de 16,6% contra o exercício anterior. No acumulado do ano, a Margem EBITDA Ajustado teve uma leve redução de 0,4 ponto percentual.

RESULTADO FINANCEIRO, IMPOSTO E LUCRO LÍQUIDO

As despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$4,1 milhões no 4T11, contra R\$6,6 milhões no 4T10. A redução na participação destas despesas na Receita Líquida, de 3,2% para 1,6%, esteve vinculada, fundamentalmente, com a mudança na estrutura de capital da Companhia após a oferta pública de ações realizada no mês de março, que determinou uma redução do endividamento líquido.

A provisão com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido totalizou R\$1,1 milhão no 4T11, contra R\$1,7 milhão no 4T10, o que representou uma redução de R\$0,5 milhão entre trimestres.

Relatório da Administração 2011



Destacamos que a despesa efetivamente paga no trimestre totalizou R\$1,2 milhão, representando uma alíquota de 12,8% sobre o lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA (em milhões de R\$)	4T11	4T10	Var. (%)	FY 2011	FY 2010	Var. (%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO NO PERÍODO	8,1	15,1	-46,6%	1,9	7,9	-76,2%
(+) Imposto de renda e contribuição social	1,1	1,7	-36,8%	17,0	14,7	16,0%
(+) Resultado financeiro	4,1	6,6	-37,3%	14,9	36,7	-59,2%
(+) Depreciação e amortização	21,9	11,6	88,4%	62,6	44,1	41,8%
EBITDA	35,2	35,0	0,4%	96,4	103,4	-6,7%
(+) Gastos com itens especiais	14,6	10,7	37%	43,5	16,7	161%
EBITDA Ajustado	49,8	45,7	8,9%	140,0	120,1	16,6%
EBITDA Ajustado / Receita Líquida	19,8%	22,3%		15,6%	16,0%	

(1) Vide definição de EBITDA e EBITDA Ajustado no Glossário.

A Companhia encerrou o resultado do 4T11 com um Lucro Líquido de R\$8,1 milhões, que representou uma Margem Líquida de 3,2%.



INFORMAÇÕES SELECIONADAS DO FLUXO DE CAIXA

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Em linha com o seu plano de crescimento, a Companhia realizou, no exercício de 2011, investimentos em Capex por R\$172,2 milhões. Os principais investimentos corresponderam a adições de ativo imobilizado vinculadas à abertura e ampliação de novos pontos comerciais das marcas "Viena", "Frango Assado" e das nossas operações internacionais de aeroportos e à aquisição de operações de *catering* aéreo, tais como as de Colômbia e as de Brasília, Goiânia e Viracopos, no Brasil.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (em milhões de R\$)	FY 2011	FY 2010
Adições de imobilizado	(94,6)	(72,9)
Adições de empresas, líquidas de caixa	(58,7)	(15,5)
Adições a ativos intangíveis	(13,6)	(3,3)
Total Investimentos em Capex	(166,9)	(91,7)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

As principais atividades de financiamento da Companhia no exercício de 2011 corresponderam a amortizações de empréstimos e financiamentos com entidades financeiras, que totalizaram R\$172,0 milhões, e a contribuição de capital decorrente da oferta pública de ações que totalizou R\$296,4 milhões.

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (em milhões de R\$)	FY 2011	FY 2010
Contribuição de capital	296,4	183,4
Outros	(0,9)	0,0
Amortização de empréstimos	(172,0)	(32,9)
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	123,5	150,5

Considerando os saldos em caixa, equivalentes caixa e investimentos temporários, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$104,3 milhões em 31/12/2011. Assim, a relação Dívida Líquida / EBITDA dos últimos 12 meses apresenta uma relação de 0,7x, que reflete a ampla capacidade de alavancagem adicional e de flexibilidade financeira da Companhia.

Se adicionarmos os recebíveis ao caixa da Companhia, a Dívida Líquida passa a ser de R\$ 56,0 milhões, com Div. Líquida / EBITDA de 0,4x.



RECURSOS HUMANOS

Encerramos o ano de 2011 com mais de 10,5 mil colaboradores (sendo mais de 7,5 mil no Brasil), versus 8,3 mil no final do ano de 2010 e 7,2 mil no final de 2009.

No ano de 2011, abrimos 62 novas lojas, sendo algumas que algumas delas empregam mais de 200 funcionários, o que mostra a nossa necessidade e preocupação com a gestão de pessoas. Possuímos um profissional do mais alto nível hierárquico (*Chief People Officer*) responsável exclusivamente pela gestão dos nossos colaboradores.

Como forma de atrair e reter os nossos profissionais oferecemos uma agressiva remuneração variável para quase todos os níveis hierárquicos, atrelada a metas globais e também pessoais, além de um programa de opções de compra de ações para os nossos principais executivos. Acreditamos que desta forma, além de premiar aqueles que se destacam em suas funções, alinhamos os interesses dos nossos acionistas com os interesses daqueles que geram valor para os mesmos.

Internamente, o principal objetivo da IMC é proporcionar um ambiente de trabalho saudável para todos aqueles que trabalham conosco, prezando pela justiça, criação de oportunidades de crescimento dentro de um ambiente motivacional.

GOVERNANCA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

Desde a criação da nossa companhia a 5 anos, prezamos pelos mais altos princípios de governança corporativa.

Listamos a IMC no segmento de mais alto grau de governança corporativa da BM&FBOVESPA, chamado de Novo Mercado, onde seguimos regras claras como negociar apenas ações ordinárias e possuir pelo menos 20% de conselheiros de administração.

Logo após o nosso IPO, instauramos um comitê de auditoria, com participantes externos que não possuem qualquer relação com os nossos auditores independentes e estamos trabalhando para criar diversos outros comitês formais, como o comitê de investimento, comitê de remuneração, etc.

Uma outra importante regra do Novo Mercado diz respeito ao percentual mínimo do total de ações que devem estar em circulação no mercado. A IMC possui 40% do total de suas ações na mão de acionistas não controladores, superando com folga os 25% mínimos exigidos pela regra.

No ano de 2011, atendemos a inúmeras conferências e fizemos mais de 50 reuniões com investidores pós IPO e visando melhorar a comunicação com o mercado, contratamos profissionais de RI, com reconhecida experiência e confiança do mercado em geral.



A nossa política de dividendos atende as exigências do novo mercado e nos comprometemos a distribuir em dividendos 25% do lucro líquido excluída a reserva mínima de capital.

Com relação à área de mercado de capitais, as nossas ações são negociadas através do código IMCH3. No segundo semestre do ano de 2011, contratamos o banco BTG Pactual como formador de mercado, objetivando aumentar a liquidez e consequentemente criar um ambiente mais favorável de negociação para todos os investidores. O formado de mercado deve garantir a existência de ofertas de compra e venda conforme a necessidade.

Em outubro de 2011, o Conselho de Administração aprovou um plano de recompra das nossas ações, permitindo a companhia recomprar até 10% do float de mercado. Acreditávamos que naquele momento o preço das nossas ações não refletia corretamente os fundamentos da companhia e que a recompra poderia ser uma opção de geração de valor para os nossos acionistas.

Desde a abertura de capital até a presente data, as nossas ações tinham se valorizado 31,2%, ante uma desvalorização de 0,4% do índice Bovespa, conforme o gráfico abaixo (em base 100).



PERSPECTIVAS

Acreditamos que o mercado de alimentação na América Latina continuará se beneficiando da boa situação econômica encontrada na região atualmente. Somos uma companhia focada em diferentes mercados cativos e acreditamos que com isso, temos menor volatilidade na demanda dos nossos clientes.

Entramos em importantes novos mercados no ano de 2011, dentre os quais destacamos 5 aeroportos colombianos, onde atuamos com restaurantes e também operando o catering



aéreo, o principal aeroporto do Panamá, um importante *hub* da América Latina, e o Aeroporto de Viracopos, um dos que mais cresce no Brasil.

Estamos otimistas que esses mercados nos trarão resultados muito positivos nos próximos anos, já começando por 2012.

No começo do ano, vimos a privatização de 3 dos principais aeroportos brasileiros, onde estamos presentes atualmente e acreditamos que podemos desenvolver parcerias de longo prazo com os novos donos destes locais. Temos contratos de longo prazo nesses locais, que devem ser respeitados, mas desde já estamos abertos a negociar para sermos parceiros estratégicos, provendo soluções com comprovada expertise na área de alimentação e de catering aéreo.

No segmento de shopping centers, anunciamos recentemente a criação da marca Frango Assado Express, além da parceria com a rede norte americana Carl 's Jr e a compra das marcas Wraps e Go Fresh. Com essas iniciativas, temos a intenção de gerar sinergias nos shopping centers, buscando o aumento de rentabilidade e a consequente geração de valor para os nossos acionistas nos próximos anos.

Já no segmento de rodovias, acreditamos ser uma das empresas mais bem posicionadas num segmento extremamente fragmentado e com boas oportunidades para as companhias que enxergam a qualidade dos produtos e serviços como um diferencial.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A nossa política de contratação de serviços não relacionados a auditoria externa com os nossos auditores independentes se baseia nos princípios que preservam a sua independência. Acreditamos que: a) o auditor não deve exercer função de gerencia no seu cliente; b) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; c) o auditor não deve gerar conflito de interesses com os seus clientes.

No ano de 2011, não contratamos outros serviços de nossos auditores independentes que não sejam correlatos a serviços de auditoria.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO CONDENSADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONDENSADA (em milhares de R\$)	4T11	4T10	FY 2011	FY 2010
RECEITA LÍQUIDA				
Rodovias	83.039	70.713	294.598	251.166
Aeroportos	95.348	66.255	340.084	248.060
Shopping Centers	60.093	54.446	218.436	203.905
Outros	12.919	13.191	45.487	46.581
RECEITA LÍQUIDA	251.399	204.606	898.606	749.711
CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS	(178.328)	(137.282)	(632.556)	(511.605)
LUCRO BRUTO	73.071	67.324	266.050	238.106
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas comerciais, operacionais e administrativas	(77.844)	(51.465)	(258.091)	(201.002)
Resultado Financeiro	(4.122)	(6.572)	(14.947)	(36.676)
Outras Receitas (despesas) operacionais	18.036	7.527	25.878	22.117
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.140	16.814	18.891	22.546
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.070)	(1.693)	(17.016)	(14.671)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	8.070	15.121	1.875	7.874



BALANÇO PATROMONIAL DO EXERCÍCIO CONDENSADO

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO

(em milhares de R\$)

31/12/2011

31/12/2010

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa	138.118	139.971
Contas a receber	48.313	33.433
Estoques	21.579	18.246
Outros ativos e adiantamentos	26.792	12.925
Total do ativo circulante	234.802	204.575

NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.226	16.616
Outros ativos	17.426	11.289
Imobilizado	244.767	170.743
Intangíveis	794.634	712.285
Total do ativo não circulante	1.100.053	910.933

TOTAL DO ATIVO

1.334.855

1.115.508

PASSIVO

CIRCULANTE

Contas a pagar	53.916	48.793
Empréstimos e financiamentos	38.214	82.956
Salários e encargos sociais	31.896	26.791
Outros passivos circulantes	25.783	11.384
Total do passivo circulante	149.809	169.924

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	204.244	323.910
Provisão para disputas trab., cíveis e tributárias	22.172	25.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.693	74.868
Outros passivos	134.584	6.808
Total do passivo não circulante	363.693	430.841

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital e reservas de capital	833.061	535.404
Prejuízos acumulados e outros ajustes patrimoniais	(11.708)	(20.661)
Total do Patrimônio Líquido	821.353	514.743

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1.334.855

1.115.508



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONDENSADA (em milhares de R\$)	FY 2011	FY 2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.875	7.873
Depreciação e amortização	62.574	56.735
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	(14.116)	(14.926)
Imposto de renda e contribuição social	17.016	14.672
Juros sobre empréstimos	30.075	40.653
Baixa de ativos	1.333	14.268
Receita diferida, desconto apropriado	(10.709)	-
Outros	3.152	(1.844)
Varição nos ativos e passivos operacionais	(9.768)	(22.171)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	81.432	95.260
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.288)	(11.735)
Juros pagos	(35.824)	(40.191)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	41.320	43.334
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de empresas, líquidas de caixa	(58.670)	(15.500)
Adições de investimentos em controladas	-	-
Adições de investimentos temporários	(2.874)	-
Adições a ativos intangíveis	(13.620)	(3.328)
Adições de imobilizado	(94.587)	(72.895)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(169.751)	(91.723)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Contribuição de capital	296.404	183.389
Ações em tesouraria	(1.293)	-
Novos empréstimos	406	-
Amortização de empréstimos	(171.966)	(32.935)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	123.552	150.454
EFEITO DE VARIAÇÕES CAMBIAIS SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	3.026	(2.065)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO PERÍODO	(1.854)	100.000
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	139.971	39.971
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	138.117	139.971

Nota da Administração:

Em razão de arredondamentos, as informações financeiras apresentadas nas tabelas e gráficos deste documento poderão não conferir exatamente com os números apresentados nas Demonstrações Financeiras Auditadas.



GLOSSÁRIO

Abertura líquida de lojas: As referências à “abertura líquida de loja”, “fechamento líquido de loja” ou expressões similares correspondem à soma das aberturas e reaberturas de lojas menos o fechamento de lojas em cada exercício.

Companhia: International Meal Company Holdings S.A. ou IMC.

EBITDA: A Companhia calcula o EBITDA como o lucro líquido, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras e da depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras Companhias. Em razão de nosso cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Porém, uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado reflete o EBITDA, ajustado para excluir os efeitos de transações consideradas pela administração da Companhia como sendo não representativas do curso normal dos negócios. Utilizamos o EBITDA ajustado como ferramenta para mensurar e avaliar nosso desempenho com foco na continuidade de nossas operações, e acreditamos que o EBITDA ajustado é uma ferramenta útil para o investidor, por que possibilita uma análise comparativa mais abrangente e normalizada de informações passadas e atuais sobre os resultados da nossa gestão. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro calculada de acordo com o IFRS ou BR GAAP, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável às definições de EBITDA Ajustado utilizadas por outras Companhias. Porém, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Vendas em Mesmas Lojas (SSS): corresponde às vendas de lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis, incluindo as lojas que estiveram temporariamente fechadas. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Alguns dos motivos do fechamento temporário de nossas lojas incluem reforma ou remodelagem, reconstrução, construção de rodovias e desastres naturais. Quando houver uma variação na área de uma loja incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. A variação das vendas em mesmas lojas é uma medição utilizada no mercado varejista como indicação do desempenho de estratégias e iniciativas comerciais implementadas, e também representam as tendências da economia local e dos consumidores. As nossas vendas são contabilizadas e analisadas com base na moeda funcional de cada país que operamos. Portanto, como as nossas informações financeiras são convertidas e demonstradas em reais, moeda brasileira, utilizando-se taxas cambiais médias dos períodos comparados, os valores de vendas em uma mesma loja podem apresentar certas distorções resultantes da variação cambial da moeda do país onde se localiza essa mesma loja. Vendas nas mesmas lojas não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador operacional, fluxo de caixa operacional ou como indicador de liquidez. Vendas nas Mesmas Lojas não têm um significado padronizado no mercado, e nossa definição pode não ser a mesma definição de Vendas nas Mesmas Lojas utilizada por outras Companhias.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	82.622	16.218	138.118	139.971	Fornecedores	157	-	53.916	48.793	
Contas a receber	10	-	-	48.313	33.433	Empréstimos e financiamentos	17	-	38.214	82.956	
Estoques	11	-	-	21.579	18.246	Parcelamento de aquisições de empresas	6.d	-	5.242	-	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	12	2.874	410	9.355	5.233	Salários e encargos sociais	110	-	31.896	26.791	
Despesas antecipadas		186	90	4.009	3.133	Impostos a recolher	19	-	12.170	6.003	
Outros ativos e adiantamentos		-	-	13.428	4.559	Receita diferida		-	3.548	2.920	
Total do ativo circulante		<u>85.682</u>	<u>16.718</u>	<u>234.802</u>	<u>204.575</u>	Dividendos a distribuir		469	-	-	
						Outros passivos circulantes		-	-	4.354	
						Total do passivo circulante		<u>736</u>	<u>-</u>	<u>149.809</u>	
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	9	-	-	2.874	-	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	204.244	
Depósitos judiciais		124	5	5.864	2.639	Parcelamento de aquisições de empresas	6.d	-	-	22.172	
Acordos comerciais com fornecedores		-	-	3.678	2.841	Receita diferida	19	-	-	2.693	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	-	-	43.226	16.616	Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	18	-	-	27.319	
Outros ativos		-	-	5.010	5.809	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	-	-	105.371	
Investimentos	13	736.145	498.011	-	-	Outros passivos		-	-	1.894	
Imobilizado	14	6	9	244.767	170.743	Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>363.693</u>	
Ágio	15	-	-	527.211	509.993	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros intangíveis	16	132	-	267.423	202.292	Capital social	21	615.466	434.922	615.466	
Total do ativo não circulante		<u>736.407</u>	<u>498.025</u>	<u>1.100.053</u>	<u>910.933</u>	Reserva de capital	21	217.595	100.482	217.595	
						Prejuízos acumulados	21	(19.739)	(21.145)	(19.739)	
						Outros resultados abrangentes	21	8.031	484	8.031	
						Total do patrimônio líquido		<u>821.353</u>	<u>514.743</u>	<u>821.353</u>	
TOTAL DO ATIVO		<u>822.089</u>	<u>514.743</u>	<u>1.334.855</u>	<u>1.115.508</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>822.089</u>	<u>514.743</u>	<u>1.334.855</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITA LÍQUIDA	22	-	-	898.606	749.711
CUSTO DE VENDAS E SERVIÇOS	23	-	-	(632.556)	(511.606)
LUCRO BRUTO		-	-	266.050	238.105
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas comerciais		-	-	(8.507)	(9.385)
Despesas operacionais e administrativas	24	(9.434)	(1.462)	(249.583)	(185.061)
Outras despesas	25	-	-	(774)	(14.754)
Outras receitas	25	-	-	26.652	30.294
Resultado de equivalência patrimonial	13	(5.018)	7.791	-	-
Receitas financeiras	26	16.575	3.449	19.967	5.959
Despesas financeiras	26	(248)	(1.905)	(34.914)	(42.613)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.875	7.873	18.891	22.545
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20.b	-	-	(17.016)	(14.672)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>1.875</u>	<u>7.873</u>	<u>1.875</u>	<u>7.873</u>
Lucro líquido por ação - básico R\$	34	<u>0,02</u>	<u>0,17</u>		
Lucro líquido por ação - diluído R\$	34	<u>0,02</u>	<u>0,17</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.875	7.873	1.875	7.873
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Ajustes de conversão de balanço de subsidiárias no exterior	7.547	1.531	7.547	1.531
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>9.422</u>	<u>9.404</u>	<u>9.422</u>	<u>9.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Capital social líquido	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Custo na oferta de ações					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	337.688	-	337.688	14.327	(29.018)	(1.047)	321.950
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.873	-	7.873
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	1.531	1.531
Contribuição de capital	97.234	-	97.234	86.155	-	-	183.389
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	434.922	-	434.922	100.482	(21.145)	484	514.743
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.875	-	1.875
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	7.547	7.547
Aumento da reserva de capital por conta de plano de direito de ações a empregados	-	-	-	2.546	-	-	2.546
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	(1.293)	-	-	(1.293)
Contribuição de capital de oferta pública	204.669	(24.125)	180.544	115.860	-	-	296.404
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(469)	-	(469)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>639.591</u>	<u>(24.125)</u>	<u>615.466</u>	<u>217.595</u>	<u>(19.739)</u>	<u>8.031</u>	<u>821.353</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		1.875	7.873	1.875	7.873
Depreciação e amortização		4	1	62.574	56.735
Resultado de equivalência patrimonial	13	5.018	(7.791)	-	-
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	18	-	-	(14.116)	(14.926)
Imposto de renda e contribuição social	20.b	-	-	17.016	14.672
Juros sobre empréstimos	26	-	-	30.075	40.653
Baixa do ativo imobilizado e intangível		-	-	1.333	14.268
Receita diferida e descontos apropriados		-	-	(10.709)	-
Despesa com pagamento a empregados baseado em ações	27	2.546	-	2.546	-
Outros		55	-	606	(1.844)
		<u>9.498</u>	<u>83</u>	<u>91.200</u>	<u>117.431</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(6.390)	(3.833)
Estoques		-	-	(2.113)	(3.351)
Impostos recuperáveis		(2.464)	-	(2.906)	(1.269)
Despesas antecipadas		(96)	-	(469)	581
Fornecedores		156	-	2.908	(4.113)
Receita de exclusividade		-	-	2.897	-
Outros ativos e passivos		(61)	(9.926)	(3.694)	(10.186)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		7.033	(9.843)	81.433	95.260
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.288)	(11.735)
Juros pagos		-	-	(35.824)	(40.191)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>7.033</u>	<u>(9.843)</u>	<u>41.321</u>	<u>43.334</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de empresas, líquidas de caixa		-	-	(58.670)	(15.500)
Adições de investimentos em controladas	13	(235.606)	(157.403)	-	-
Adições de investimentos temporários	9	-	-	(2.874)	-
Adições a intangíveis	16	(134)	-	(13.620)	(3.328)
Adições de imobilizado	14	(0)	(9)	(94.587)	(72.895)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(235.740)</u>	<u>(157.412)</u>	<u>(169.751)</u>	<u>(91.723)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Contribuição de capital		296.404	183.389	296.404	183.389
Ações em tesouraria		(1.293)	-	(1.293)	-
Novos empréstimos		-	-	406	-
Amortização de empréstimos		-	-	(171.966)	(32.935)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>295.111</u>	<u>183.389</u>	<u>123.551</u>	<u>150.454</u>
EFEITO DE VARIAÇÕES CAMBIAIS SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	3.026	(2.065)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO EXERCÍCIO					
		<u>66.403</u>	<u>16.134</u>	<u>(1.854)</u>	<u>100.000</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO					
		<u>16.218</u>	<u>84</u>	<u>139.971</u>	<u>39.971</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO					
		<u>82.621</u>	<u>16.218</u>	<u>138.117</u>	<u>139.971</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	975.419	813.828
Outras receitas	-	-	26.652	30.294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	592	(33)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.002.663</u>	<u>844.089</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo de vendas e serviços	-	-	(360.200)	(298.668)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(105.216)	(32.755)
Perda no valor recuperável de ativos	-	-	-	(2.406)
Outros	-	-	(53.515)	(71.484)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(518.931)</u>	<u>(405.313)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>483.732</u>	<u>438.776</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4)	(1)	(62.574)	(56.735)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>421.158</u>	<u>382.041</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial na participação em controladas	(5.018)	7.791	-	-
Receitas financeiras	16.575	3.449	19.967	5.959
	<u>11.557</u>	<u>11.240</u>	<u>19.967</u>	<u>5.959</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>11.553</u>	<u>11.239</u>	<u>441.125</u>	<u>388.000</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Salários e encargos	528	-	233.190	190.229
Honorários da Administração	8.387	-	14.042	12.525
	<u>8.915</u>	<u>-</u>	<u>247.232</u>	<u>202.754</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Impostos sobre vendas	-	-	72.683	64.117
Imposto de renda e contribuição social	-	-	17.016	14.672
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.699</u>	<u>78.789</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	248	-	30.075	40.653
Aluguéis	4	-	72.244	55.085
Outras	511	3.366	-	2.846
	<u>763</u>	<u>3.366</u>	<u>102.319</u>	<u>98.584</u>
Remuneração de capitais próprios-				
Lucros retidos do exercício	1.875	7.873	1.875	7.873
	<u>1.875</u>	<u>7.873</u>	<u>1.875</u>	<u>7.873</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>11.553</u>	<u>11.239</u>	<u>441.125</u>	<u>388.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INTERNATIONAL MEAL COMPANY HOLDINGS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A International Meal Company Holdings S.A. (“Sociedade”), incorporada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 15 de junho de 2007, é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “IMCH3” e no Nível 1 de Governança Corporativa.

A Sociedade, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), tem como objeto social atuar em shopping centers, rodovias e aeroportos no setor de varejo de refeições, através de restaurantes, bares e cafés, sublocação de lojas e espaço para fins promocionais e comerciais e venda de combustíveis, além de prestar serviços gerais relacionados a esses segmentos e serviços de bordo em aeronaves. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo mantém operações no Brasil, Porto Rico, República Dominicana, Panamá, Colômbia e México. A controladora do Grupo é a Advent International Corporation, por meio de seu investimento de 71,71% no FIP Brasil de Empreendimentos (“FIP - SP - Brasil”), que detém participação de 59,62% na Sociedade.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras padronizadas, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras padronizadas, identificadas como “Controladora - BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Grupo.

a) Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados quando da transferência dos riscos e benefícios associados aos produtos e serviços vendidos.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais.

b) Moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do principal ambiente econômico em que ela atua. A Sociedade define a moeda funcional de cada uma de suas controladas analisando qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte de seus custos operacionais e administrativos é paga ou incorrida.

A moeda funcional de cada controlada é determinada pelo país em que o Grupo atua, como segue:

<u>País</u>	<u>Moeda funcional</u>
Brasil	Real - R\$
Porto Rico	Dólar norte-americano - US\$
México	Peso mexicano - P\$
República Dominicana	Peso dominicano - DOP\$
Panamá	Balboa - PAB\$
Colômbia	Peso colombiano - COP

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda de apresentação do Grupo, e os ajustes de conversão estão reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior”.

b.2) Transações e saldos

O Grupo contabiliza as transações em moeda estrangeira pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as respectivas variações cambiais são registradas na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira, à medida que ocorrem.

b.3) Controladas no exterior

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio vigente no fim de cada exercício.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela taxa média mensal de câmbio.
- iii) Todos os ajustes de conversão cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Ajustes de conversão de balanço de controladas no exterior”.

c) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando uma determinada empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas definidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as sociedades do Grupo foram totalmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As sociedades consolidadas são as seguintes:

	31/12/11		31/12/10	
	Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %
Mexico Premier Restaurants LLC (Delaware - EUA)	100,00	-	100,00	-
Inversionistas en Restaurantes de Carnes y Cortes, S. de R.L. de C.V. (México)	-	99,99	-	99,99
Operadora IRCyC, S. de R.L. de C.V. (México)	-	100,00	-	100,00
Grupo Restaurantero del Centro, S.A. de C.V. (México)	-	100,00	-	100,00
IMC Puerto Rico Ltd. (Caribe)	100,00	-	100,00	-
Airport Shoppes Corporation (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
International Meal Company D.R., S.A. (República Dominicana)	-	99,40	-	99,40
Inversiones Liers, S.A. (República Dominicana)	-	99,40	-	99,40
Airport Catering Services Corporation (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
Airport Aviation Services, Inc. (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
Carolina Catering Services Corporation (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
Cargo Service Corporation (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
Aeroparque Corporation (Porto Rico)	-	100,00	-	100,00
International Meal Company Panamá, S.A. (Panamá)	-	100,00	-	100,00
IMC Colombia Air (Colômbia)	-	100,00	-	-
IMC Airport Shoppes S.A.S. (Colômbia)	-	100,00	-	-
RA Catering S.A.S. (Colômbia)	-	100,00	-	-
Inversiones G Serrano M Aeroservicios Ltda. (Colômbia)	-	100,00	-	-
RA Catering Ltda. (Brasil)	100,00	-	100,00	-
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Liki Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Viena Norte Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Rao Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Ara Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Aratam Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Odanrio Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Rodean Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Comercial Frango Assado Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Carvalho Pinto Automotivos e Conveniências Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Centro de Serviços Frango Assado Sudoeste Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Centro de Serviços Frango Assado Suleste Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Auto Posto Nova Taubaté Ltda. (Brasil)	99,99	-	99,99	-
Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	99,99
Pedro 66 Lanchonete Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	99,99
Restaurante Andaluzia Ltda. (Brasil)	-	-	-	99,99
Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda. (Brasil)	-	-	-	99,99
Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda. (Brasil)	-	-	-	99,99
Tob's Lanches Sul Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	-
Comissaria Aérea Brasília Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	-
Comissaria Aérea Brasil Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	-
Centro de Serviço Frango Assado da Anhanguera Ltda. (Brasil)	-	100,00	-	-
Celma Lanches Ltda. (Brasil)	-	99,99	-	-
Servecom Catering Refeições Ltda. (Brasil)	-	100,00	-	-
Comercial de Petróleo ACL Ltda.	-	100,00	-	-
Auto Posto Husch Pereira Ltda. (Posto de Jaguariúna)	-	100,00	-	-

d) Aquisições de negócios

Aquisições de controladas e negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo da aquisição de negócios é calculado por meio da soma do valor justo (na data da troca) dos ativos transferidos, dos passivos incorridos ou assumidos e das participações emitidas por uma das empresas do Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida que satisfazem as condições de reconhecimento do pronunciamento técnico CPC 15 - Aquisições de Negócios são contabilizados ao valor justo na data de aquisição.

O pronunciamento técnico CPC 15 altera o reconhecimento e posterior contabilização de pagamentos contingentes. Anteriormente, os pagamentos contingentes eram apenas reconhecidos na data de aquisição se fossem prováveis e pudessem ser mensurados com segurança; eventuais ajustes posteriores eram sempre debitados do custo de aquisição. Pela norma revisada, os pagamentos contingentes são mensurados ao valor justo na data de aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos em contrapartida ao custo de aquisição apenas à medida que resultem de novas informações obtidas dentro do período de mensuração (máximo de 12 meses após a data de aquisição) sobre o valor justo na data de aquisição. Todos os ajustes posteriores dos pagamentos contingentes classificados como ativo ou passivo são reconhecidos no resultado.

Em uma aquisição de negócios entre partes que mantêm relacionamento comercial, os respectivos saldos a receber/pagar serão considerados nulos e registrados como ganho ou perda na demonstração do resultado.

O pronunciamento técnico CPC 15 exige que os custos relativos à aquisição sejam contabilizados separadamente da aquisição de negócios, o que geralmente faz com que esses custos sejam reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos, enquanto anteriormente eram registrados como parte do custo de aquisição.

O ágio resultante da aquisição é reconhecido como um ativo e inicialmente mensurado pelo valor de custo, que é o excedente do custo da aquisição de negócios sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Se, após a reavaliação, a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida exceder o custo da aquisição de negócios, esse excedente será imediatamente reconhecido no resultado. Os ajustes do período de mensuração são ajustes decorrentes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não pode exceder um ano após a data de aquisição) sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Caso a contabilização inicial da aquisição de negócios esteja incompleta no fim de cada exercício em que a combinação ocorre, o Grupo apresenta valores provisórios para os itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração ou são reconhecidos ativos ou passivos adicionais a fim de refletir novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, caso fossem conhecidos, afetariam os valores reconhecidos naquela data.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem nos valores em caixa, conta corrente bancária e aplicações financeiras de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sem exposição significativa de valor.

f) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Registradas e mantidas no balanço pelo valor justo e posteriormente mensuradas ao valor contábil, incluindo provisão para perdas nos recebíveis, em valor considerado suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber de clientes, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão.

g) Estoques

Registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor líquido de realização.

h) Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de perdas do valor recuperável, quando aplicável. O ativo imobilizado existente na data de aquisição das empresas foi reconhecido ao valor justo de cada item de acordo com a IFRS 3 - Combinações de Empresas, conforme mencionado no item d) anterior.

As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

i) Ativos intangíveis adquiridos em uma aquisição de negócios

Os ativos intangíveis adquiridos em uma aquisição de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição (registrado ao custo).

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma aquisição de negócios são apresentados ao custo inicial reconhecido menos amortizações e perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se aplicável.

j) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, o ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa do Grupo que se beneficia das sinergias da combinação. De acordo com a Administração, as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

k) Perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda do valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de determinar a extensão da perda do valor recuperável (se houver). Quando não for possível estimar o valor recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base no lucro líquido anual de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada sociedade consolidada. Os efeitos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases tributáveis de ativos e passivos são diferidos e reconhecidos com relação ao imposto de renda e à contribuição social diferidos ativos, até o valor considerado razoável, de acordo com sua realização esperada, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado no fim de cada exercício e reduzido quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às alíquotas aplicadas no período no qual o passivo foi liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas (e na legislação tributária) vigentes, ou substantivamente vigentes, até as datas dos balanços. O cálculo dos passivos e ativos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da maneira pela qual o Grupo espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal circulante com o passivo fiscal circulante e quando eles estão relacionados ao imposto de renda aplicado pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar seus ativos e passivos fiscais circulantes de acordo com o seu valor líquido.

m) Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como arrendamentos sempre que os termos do arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

Os ativos mantidos por arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos do Grupo pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se for menor, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como uma obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos do arrendamento são distribuídos entre as despesas financeiras e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante no saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado.

Os pagamentos do arrendamento operacional são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outro método é mais representativo do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

n) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou presumida, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o) Outros ativos circulantes e não circulantes

Registrados ao custo e ajustados pela provisão para perdas, se aplicável.

p) Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis pela Administração, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e encargos.

q) Reconhecimento de receitas

Venda de refeições e produtos

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes estimados.

A receita da venda de refeições e produtos é reconhecida quando são atendidas todas as seguintes condições:

- A refeição é consumida pelo comprador.
- O Grupo transferiu para o comprador os riscos e os benefícios significativos relacionados com a propriedade das refeições, no caso de comissaria (“catering”).
- A importância da receita pode ser medida com segurança.
- É provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação sejam repassados ao Grupo.

r) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

- Método da taxa de juros efetiva

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, do valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

– Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- O ativo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Grupo não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

– Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que o Grupo tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

– Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não possui instrumentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

– Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber e outras contas a receber, disponibilidade e caixa, entre outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação do método da taxa de juros efetiva, exceto contas a receber de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Violação de contrato, tal como uma dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte.
- Inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 60 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizável, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizável, classificados como disponíveis para venda, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tiver sido reconhecida.

- **Baixa de ativos financeiros**

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se o Grupo não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados reconhecidos na rubrica “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de quase todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que continua a reconhecer em envolvimento contínuo e a parte que não mais reconhece com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida e a soma da contraprestação recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulados alocados e reconhecidos na rubrica “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulados reconhecidos na rubrica “Outros resultados abrangentes” são alocados entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

- Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

- Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Grupo são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

- Instrumentos compostos

As partes que compõem os instrumentos compostos emitidos pela Sociedade (títulos conversíveis) são classificadas separadamente como passivos financeiros e patrimônio líquido conforme a natureza do contrato e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. A opção de conversão que será liquidada por meio da permuta do valor fixo de caixa ou outro ativo financeiro por um número fixo dos próprios instrumentos de patrimônio da Sociedade corresponde a um instrumento de patrimônio.

Na data da emissão, o valor justo do componente passivo é estimado pela taxa de juros vigente no mercado de um instrumento não conversível similar. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva até sua extinção por conversão ou até a data do vencimento do instrumento.

Os custos da transação relacionados à emissão de títulos conversíveis são alocados ao passivo e aos componentes do patrimônio proporcionalmente à alocação das receitas brutas. Os custos da transação relacionados ao componente do patrimônio são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os custos da transação relacionados ao componente do passivo são incluídos no valor contábil do componente do passivo e amortizados durante a vida dos títulos conversíveis pelo método da taxa de juros efetiva.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- ✓ For adquirido principalmente para a recompra no curto prazo.
- ✓ For parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possuir um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- ✓ For um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- ✓ Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.
- ✓ O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base.
- ✓ O passivo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 29.

➤ Outros passivos financeiros

Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva (inclusive empréstimos).

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, dos custos da transação e de outros prêmios ou descontos) estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

➤ Contratos de garantia financeira

O contrato de garantia financeira requer que o emissor faça pagamentos específicos para fins de reembolso de uma perda incorrida pelo titular devido à falha de um devedor específico em efetuar pagamentos na data de vencimento de acordo com os termos do instrumento da dívida.

Os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo são mensurados inicialmente pelo valor justo e, se não designados ao valor justo por meio do resultado, subsequentemente, pelo maior valor entre:

- ✓ O valor da obrigação prevista no contrato, conforme determinado pela IAS 37 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25).

- ✓ O valor inicialmente reconhecido deduzido, se for o caso, da amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento das receitas.

➤ **Baixa de passivos financeiros**

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

s) **Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as informações financeiras da Sociedade:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações na IAS 24 - Divulgação de Partes Relacionadas (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011)	Alteram a definição de parte relacionada e modificam certas exigências de divulgação de partes relacionadas para entidades governamentais.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alteração na IFRIC 14 e IAS 19 - O Limite de um Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e Sua Interação (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2011)	Retira as consequências não intencionais do tratamento de antecipações em que existe uma exigência de financiamento mínimo. Resulta em antecipações de contribuições, sendo reconhecidas, em certas circunstâncias, como ativo e não como despesa.
IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2011)	Fornecer orientações que ilustram como aplicar os princípios de divulgação da IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação sobre: (a) as circunstâncias que podem afetar o valor justo de instrumentos financeiros e sua classificação; (b) transferências de instrumentos financeiros entre diferentes níveis de hierarquias de valor justo; (c) mudanças na classificação de ativos financeiros; e (d) mudanças em passivos e ativos contingentes.
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2011)	Esclarece que uma entidade deverá apresentar uma análise do outro resultado abrangente para cada componente do patrimônio líquido, seja na demonstração das mutações do patrimônio líquido, seja em notas explicativas.
Melhorias nas IFRSs 2010 (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2011)	Alteram diversos pronunciamentos contábeis.
As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, não foram adotadas nestas informações contábeis. A Administração está avaliando o possível impacto da adoção dessas alterações.	

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>
Alterações na IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em, ou a partir de, 1º de janeiro de 2013)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de “hedge” continua aplicável. Não há necessidade de rerepresentar os períodos anteriores caso a entidade adote a norma para exercícios iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IAS 12 - Imposto de Renda, Recuperação de Tributos Diferidos dos Ativos Subjacentes (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2012)	Prevê uma abordagem prática de mensuração de passivos e ativos fiscais diferidos quando o imóvel de investimento é avaliado pelo modelo de valor justo previsto na IAS 40 - Propriedade para Investimento. A Sociedade não espera que a sua adoção afete as suas demonstrações financeiras.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Os requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Os requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas, Entidades com Controle Compartilhado (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Revisa a IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.
IFRS 11 - Contratos Compartilhados (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas nas entidades que possuem influência.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração de valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações na IAS 19 - Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Eliminam o enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.
Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013)	Introduzem o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre os itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentados. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração do Grupo adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Perda do valor recuperável dos ativos

No fim de cada exercício, o Grupo avalia se há indicativos de que os ativos intangíveis e os saldos de imobilizado possam ter sofrido perda de seu valor recuperável. Na existência de tais indicativos, estima-se o valor recuperável do ativo, a fim de determinar a extensão da perda, se aplicável. Quando não é possível avaliar o valor recuperável de um ativo individual, o Grupo estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. O valor utilizado nos cálculos exige que a Administração faça estimativas dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa e uma taxa de desconto adequada para calcular o valor presente. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto após impostos que reflete uma avaliação de mercado atual do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo, para o qual as estimativas de fluxos de caixa futuros não foram ajustadas.

b) Imposto de renda e contribuição social

A cada exercício, a Administração calcula a estimativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada sociedade incluída nas demonstrações financeiras.

A Sociedade revisa o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no fim de cada exercício e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado.

Em abril de 2011, as controladas “Viena” reavaliaram o prazo de amortização fiscal do ágio, fruto de aquisições, que estava sendo amortizado em cinco anos, em virtude da alteração da projeção de lucros, passando a amortizá-lo pelo prazo total de dez anos. Com isso, a despesa de imposto de renda diferido de 2011 foi reduzida em R\$4.930.

c) Provisão para desvalorização dos estoques

A provisão para desvalorização dos saldos dos estoques resulta basicamente dos itens com giro lento e das perdas (quebras). O Grupo estima o valor da provisão com base em idade dos itens em estoque, categoria do produto, expectativa de redução do preço de venda e estimativa de perdas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não foi identificada necessidade dessa provisão.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

e) Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias

A provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias é calculada com base na análise individual de contingências e possíveis contingências ainda não reclamadas. Com base na opinião dos assessores jurídicos, é avaliada a probabilidade de perda e são estimados os valores prováveis de pagamento dessas contingências.

Exceto pela questão mencionada no item b), as outras premissas no uso de estimativas não sofreram alterações em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, originalmente apresentadas em 14 de janeiro de 2011.

6. AQUISIÇÃO DE EMPRESAS

a) Aeroportos - Brasil

i. Rede de lanchonetes em Porto Alegre

Em 7 de janeiro de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada RA Catering Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Tob’s Lanches Sul Ltda., proprietária de pontos de vendas no aeroporto de Porto Alegre, que serão utilizadas pelo Grupo para operar restaurantes e lanchonetes. A transação foi realizada pelo valor de R\$10.471, pago integralmente na data da aquisição.

	<u>Valor</u>
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos:	
Direitos sobre pontos comerciais - vide nota explicativa nº 15	10.866
Valor justo dos outros passivos líquidos adquiridos	<u>(395)</u>
Valor justo total dos ativos líquidos adquiridos	<u>10.471</u>

O valor justo dos recebíveis adquiridos (igual ao valor bruto a receber) nessa operação é de R\$122, e na data de aquisição está previsto o recebimento do valor total.

Essa aquisição refere-se, basicamente, a empresa com ponto comercial a ser explorado. O objetivo do negócio do Grupo é operar em locais com novos restaurantes e lanchonetes. Parte do pagamento considerou um prêmio pago aos proprietários dessa empresa para obter os direitos sobre o ponto comercial.

A aquisição da empresa Tob's Lanches Sul Ltda. foi efetuada com o propósito principal de explorar os direitos sobre seu ponto comercial; conseqüentemente, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos. Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos outros ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados com base nos estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição, e não foi identificado nenhum ajuste à alocação inicial.

A receita e o lucro das operações desse negócio adquirido, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são de R\$10.489 e R\$647, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o lucro do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$10.665 e R\$658, respectivamente.

Essa operação não possui nenhum pagamento contingente.

ii. Comissarias em Brasília e Goiânia

Em 8 de abril de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada RA Catering Ltda., 100% das cotas de capital das empresas Comissaria Aérea Brasília Ltda. e Comissaria Aérea Brasil Ltda., empresas fornecedoras de alimentos para serviço de bordo em aeronaves ("comissaria") nos aeroportos de Brasília e Goiânia. A transação foi realizada pelo valor de R\$38.289, sendo R\$20.200 pagos em 11 de abril de 2011, R\$124 pagos em 28 de outubro de 2011, e o saldo remanescente de R\$17.965 a ser pago em até cinco anos, quando for efetuada a renovação dos contratos de concessão (utilização de áreas do aeroporto) firmados com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero ou a qualquer momento, caso o Grupo deseje alienar ou fechar as empresas adquiridas.

	<u>Valor</u>
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos:	
Ativo imobilizado	4.082
Direitos de contratos com a Infraero	37.207
Valor justo dos outros passivos líquidos adquiridos	<u>(3.997)</u>
Valor justo total dos ativos líquidos adquiridos	<u>37.292</u>
Preço total de compra	38.289
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>(37.292)</u>
Ágio	<u>997</u>

O ágio apurado foi alocado à unidade geradora de caixa Aeroportos - Brasil, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.b). O valor total desse ágio poderá ser dedutível para fins de imposto de renda, em amortizações mensais por período de até dez anos.

As empresas adquiridas detêm direitos de concessão para utilização de áreas nos aeroportos de Brasília e Goiânia para operar os serviços correlacionados à comissaria de aeronaves. O objetivo da aquisição pelo Grupo é passar a deter esses direitos. Conseqüentemente, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos.

A receita e o lucro das operações desses negócios adquiridos, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são de R\$24.095 e R\$2.490, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o lucro do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$32.126 e R\$3.320, respectivamente.

Como mencionado, parte do pagamento por essa aquisição no valor de R\$17.500 está condicionada à renovação dos contratos mantidos com a Infraero no aeroporto de Brasília por mais cinco anos, cujos vencimentos atuais são em 2015. Esse valor está reconhecido na rubrica “Parcelamento de aquisições de empresas” e será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios, visto que os estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição ainda não foram concluídos. Como parte desses estudos está em andamento, os valores justos dos passivos contingentes estão sendo apurados, e a alocação relativa a esses passivos, caso haja, será feita quando da conclusão desses estudos.

iii. Comissaria em Viracopos - Campinas

Em 1º de setembro de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada RA Catering Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Servecom Catering Refeições Ltda., empresa fornecedora de alimentos para serviço de bordo em aeronaves (“comissaria”) no aeroporto de Viracopos, na cidade de Campinas. A transação foi realizada pelo valor de R\$4.650, sendo R\$2.950 pagos na data da aquisição e R\$1.700 retidos para fins de garantias, a ser pago até setembro de 2016.

	<u>Valor</u>
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos:	
Direitos de contratos com a Infraero	7.564
Valor justo dos outros passivos líquidos adquiridos	(3.265)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>4.299</u>
Preço total de compra	4.650
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(4.299)
Ágio	<u>351</u>

O ágio apurado foi alocado à unidade geradora de caixa Aeroportos - Brasil, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.b).

A empresa adquirida detém direitos de concessão para utilização de áreas no aeroporto de Viracopos, na cidade de Campinas, para operar os serviços correlacionados à comissaria de aeronaves. O objetivo da aquisição pelo Grupo é passar a deter esses direitos; conseqüentemente, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos. Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos outros ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios, visto que os estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição ainda não foram concluídos. Até 31 de dezembro de 2011, não foi identificado nenhum ajuste à alocação provisória.

A receita e o lucro das operações desse negócio adquirido, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são de R\$3.338 e R\$240, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o lucro do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$10.015 e R\$719, respectivamente.

Essa operação não possui nenhum pagamento contingente.

b) Rodovias - Brasil

i. Pontos comerciais e postos de combustível adquiridos em 2010

Durante o ano 2010, a Sociedade concluiu as aquisições de negócios a seguir para expandir o número de pontos comerciais em rodovias:

- Em 1º de maio de 2010, o Grupo adquiriu as empresas Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. e Pedro 66 Lanchonete Ltda., detentoras de um ponto comercial para operar negócios de posto de combustível e lanchonete, respectivamente. A transação foi realizada pelo valor de R\$2.500.
- Em 1º de agosto de 2010, o Grupo adquiriu o Restaurante Andaluzia Ltda. pelo valor total de R\$7.800, que foi pago na data da aquisição.
- Em 10 de agosto de 2010, O Grupo adquiriu o Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda. pelo valor total de R\$3.500.
- Em 1º de setembro de 2010, o Grupo adquiriu o Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda. pelo valor de R\$1.700.

A alocação do valor justo nas aquisições mencionadas anteriormente é demonstrada a seguir:

	Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. e Pedro 66 Lanchonete Ltda.	Restaurante Andaluzia Ltda.	Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda.	Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda.	Total
Direitos sobre pontos comerciais - vide nota explicativa nº 16	3.069	7.799	5.367	1.728	17.963
Valor justo dos outros ativos (passivos) líquidos adquiridos	<u>(569)</u>	<u>1</u>	<u>(1.867)</u>	<u>(28)</u>	<u>(2.463)</u>
Preço total de compra - remuneração e valor pago em dinheiro	<u>2.500</u>	<u>7.800</u>	<u>3.500</u>	<u>1.700</u>	<u>15.500</u>

O valor justo dos recebíveis adquiridos (igual ao valor bruto a receber) nessas operações é de R\$623, e, na data de aquisição, está previsto o recebimento do valor total na data de aquisição.

As aquisições dessas empresas foram efetuadas com o propósito principal de explorar os direitos sobre seus pontos comerciais; como consequência, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos.

Os estudos de alocação dos valores justos foram concluídos e nenhum ajuste foi efetuado aos valores originais alocados.

A receita e o prejuízo das operações desses negócios adquiridos, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são de R\$11.555 e R\$1.499, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010, a receita e o prejuízo do Grupo no exercício de 2010 seriam acrescidos de R\$21.348 e R\$3.776, respectivamente.

Essas operações não possuem nenhum pagamento contingente.

ii. Pontos comerciais e postos de combustível adquiridos em 2011

Durante o ano 2011, a Sociedade concluiu as aquisições de negócios a seguir para expandir o número de pontos comerciais em rodovias:

- Em 2 de abril de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Posto Maravilha da Anhanguera Ltda., proprietária de um ponto comercial para operar negócios de lanchonete e posto de combustível em rodovia. O ponto comercial foi adquirido pelo valor de R\$1.521, pago integralmente na data da aquisição.
- Em 1º de julho de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada Comercial Frango Assado Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Celma Lanches Ltda. EPP, proprietária de um ponto comercial para operar negócios de lanchonete e posto de combustível em rodovia. O ponto comercial foi adquirido pelo valor de R\$1.640, pago integralmente na data da aquisição.
- Em 1º de dezembro de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Comercial de Petróleo ACL Ltda., proprietária de um ponto comercial para operar negócios de lanchonete e posto de combustível em rodovia. O ponto comercial foi adquirido pelo valor de R\$1.300, pago integralmente na data da aquisição.
- Em 1º de dezembro de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda., 100% das cotas de capital da empresa Auto Posto Husch Pereira Ltda., proprietária de um ponto comercial para operar negócios de lanchonete e posto de combustível em rodovia. O ponto comercial foi adquirido pelo valor de R\$600, pago integralmente na data da aquisição. Esse preço de aquisição está sujeito a alterações em decorrência da auditoria.

A alocação do valor justo nas aquisições mencionadas anteriormente é demonstrada a seguir:

	Posto Maravilha da Anhanguera Ltda.	Celma Lanches Ltda. EPP	Comercial de Petróleo ACL Ltda.	Auto Posto Husch Pereira Ltda.	Total
Direitos sobre pontos comerciais - vide nota explicativa nº 16	1.269	3.179	1.306	446	6.200
Valor justo dos outros ativos (passivos) líquidos adquiridos	<u>252</u>	<u>(1.539)</u>	<u>(6)</u>	<u>154</u>	<u>(1.139)</u>
Preço total de compra - remuneração e valor pago em dinheiro	<u>1.521</u>	<u>1.640</u>	<u>1.300</u>	<u>600</u>	<u>5.061</u>

O valor justo dos recebíveis adquiridos (igual ao valor bruto a receber) nessas operações é de R\$354, e, na data de aquisição, está previsto o recebimento do valor total.

As aquisições dessas empresas foram efetuadas com o propósito principal de explorar os direitos sobre seu ponto comercial; como consequência, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos.

Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos outros ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios, visto que os estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição ainda não foram concluídos. Até 31 de dezembro de 2011, não foi identificado nenhum ajuste à alocação provisória.

A receita e o prejuízo das operações desses negócios adquiridos, adicionados ao resultado do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são de R\$6.427 e R\$488, respectivamente. Caso essa aquisição desses negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o prejuízo do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$16.539 e R\$1.430, respectivamente.

Essas operações não possuem nenhum pagamento contingente.

c) Aeroportos - Caribe

i. Comissaria na Colômbia - I

Em 7 de julho de 2011, o Grupo adquiriu, através de sua controlada IMC Airport Shoppes S.A.S., 100% das cotas de capital da empresa Aeroservicios De La Costa Limitada, empresa fornecedora de alimentos para serviço de bordo em aeronaves (“comissaria”) nos aeroportos de Barranquilla, Cartagena, Rio Negro e Medellín, na Colômbia. A transação foi realizada pelo valor total de R\$8.235, preço ajustado em outubro de 2011 após realização das diligências contábeis, trabalhistas, tributárias e legais, sendo R\$6.308 pagos em outubro de 2011 e R\$1.927 a pagar em até 18 meses após a data da aquisição.

	<u>Valor</u>
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos:	
Direitos de contratos com a autoridade aeroportuária	2.980
Valor justo do ativo imobilizado	3.998
Valor justo dos outros ativos líquidos adquiridos	<u>720</u>
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>7.698</u>
Preço total de compra	8.235
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>(7.698)</u>
Ágio	<u>537</u>

O ágio apurado foi alocado à unidade geradora de caixa Aeroportos - Caribe, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.b).

A empresa adquirida detém direitos de concessão para utilização de áreas em aeroportos na Colômbia para operar os serviços correlacionados à comissaria de aeronaves. O objetivo da aquisição pelo Grupo é passar a deter esses direitos; conseqüentemente, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos.

A receita e o lucro das operações desse negócio adquirido, adicionados ao resultado do Grupo no exercício de 2011, são de R\$5.185 e R\$213, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o lucro do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$10.371 e R\$426, respectivamente.

Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios, visto que os estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição ainda não foram concluídos. Como parte desses estudos em andamento, os valores justos dos passivos contingentes estão sendo apurados, e a alocação relativa a esses passivos, se alguma, será feita quando da conclusão desses estudos.

ii. Comissaria na Colômbia - II

Em 1º de dezembro de 2011, o Grupo, por meio da controlada IMC Airport Shoppes S.A.S., adquiriu 100% das ações da Inversiones G Serrano M Aeroservicios Ltda., empresa fornecedora de alimentos para serviço de bordo em aeronaves (“comissaria”) no aeroporto de Bogotá, na Colômbia. A transação foi realizada pelo valor total de R\$19.200, preço sujeito a alterações de acordo com o resultado das diligências contábeis, trabalhistas, tributárias e legais que ainda estão em curso, sendo R\$14.731 pagos em dezembro de 2011 e o restante a pagar em até 18 meses após a data da aquisição.

	<u>Valor</u>
Preço total de compra	19.200
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>(2.540)</u>
Ágio	<u>16.660</u>

O ágio apurado foi alocado à unidade geradora de caixa Aeroportos - Caribe, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.b).

A empresa adquirida detém direitos de concessão para utilização de áreas em aeroportos na Colômbia para operar os serviços correlacionados à comissaria de aeronaves. O objetivo da aquisição pelo Grupo é passar a deter esses direitos; conseqüentemente, o valor pago por essa aquisição é substancialmente derivado desses direitos, cujo estudo para definir os valores está em andamento.

A receita e o lucro das operações desse negócio adquirido, adicionados ao resultado do Grupo no exercício de 2011, são de R\$2.021 e R\$347, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, a receita e o lucro do Grupo no exercício de 2011 seriam acrescidos de R\$17.924 e R\$2.073, respectivamente.

Os valores relativos ao valor justo desses direitos e dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios, visto que os estudos e laudos definitivos sobre alocação do preço de aquisição ainda não foram concluídos. Como parte desses estudos em andamento, os valores justos dos passivos contingentes estão sendo apurados, e a alocação relativa a esses passivos, se alguma, será feita quando da conclusão desses estudos.

d) Desembolso de caixa para as aquisições

Para as aquisições em 2011, o Grupo teve o seguinte desembolso de caixa:

	<u>Valor</u>
Tob's Lanches Sul Ltda.	10.471
Posto Maravilha da Anhanguera Ltda.	1.521
Celma Lanches Ltda.	1.640
Comercial de Petróleo ACL Ltda.	1.300
Auto Posto Husch Pereira Ltda.	600
Comissaria Aérea Brasília Ltda. e Comissaria Aérea Brasil Ltda.	20.324
Servecom Catering Refeições Ltda.	2.950
Aeroservicios de La Costa Limitada	6.308
Inversiones G Serrano M Aeroservicios Ltda.	<u>14.731</u>
	59.845
Caixa das empresas adquiridas	<u>(1.175)</u>
Saída de caixa líquida	<u>58.670</u>

Do total acordado a pagar pelas aquisições, parcela de R\$25.487 será paga em até cinco anos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo no passivo circulante é de R\$5.242 e no passivo não circulante, R\$20.245.

Para as aquisições em 2010, o Grupo teve o seguinte desembolso de caixa:

	<u>Valor</u>
Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. e Pedro 66 Lanchonete Ltda.	2.500
Restaurante Andaluzia Ltda.	7.800
Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda.	3.500
Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda.	<u>1.700</u>
	15.500
Caixa das empresas adquiridas	<u>-</u>
Saída de caixa líquida	<u>15.500</u>

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo (diretoria corporativa e presidentes de cada controlada), para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento, são focadas mais especificamente na categoria de cliente para cada tipo de mercadoria e serviço. As principais categorias de clientes para essas mercadorias e serviços são restaurantes em shopping centers, aeroportos e rodovias. Cada um desses segmentos operacionais é administrado separadamente, considerando-se que cada uma dessas linhas de produto exige recursos diferentes, incluindo abordagens de marketing. Refeições e seus serviços correlatos são considerados os principais produtos da Sociedade.

O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma medida do lucro operacional.

Portanto, os segmentos de reporte do Grupo de acordo com a IFRS 8 - Segmentos são os seguintes:

- Shopping centers: refeições em cadeias de restaurantes e cafeterias em shopping centers.
- Aeroportos: fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas (“catering”), venda de combustível e outros serviços correlatos.
- Rodovias: praças de alimentação em postos de serviços e cadeias de restaurantes localizadas em rodovias, além de venda de combustíveis a veículos.
- Outros: setor de negócios que engloba restaurantes que oferecem serviço de mesa e projetados para atrair uma ampla base de clientes, com preços moderados e ambiente confortável.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Shopping centers	Aeroportos	Rodovias	Outros	Total
31 de dezembro de 2011:					
Receita líquida de clientes	218.436	340.084	294.598	45.488	898.606
Resultado operacional	18.768	64.663	31.003	(18.022)	96.412
Depreciação e amortização	(7.953)	(37.952)	(11.342)	(5.327)	(62.574)
Despesas financeiras líquidas	(10.028)	(9.749)	(10.910)	15.740	(14.947)
Despesa com imposto de renda	1.459	(15.668)	(2.843)	36	(17.016)
31 de dezembro de 2010:					
Receita líquida de clientes	203.905	248.059	251.166	46.581	749.711
Resultado operacional	19.101	61.330	30.472	(7.583)	103.320
Depreciação e amortização	(7.578)	(29.052)	(2.833)	(4.658)	(44.121)
Despesas financeiras líquidas	(13.824)	(9.291)	(13.594)	55	(36.654)
Despesa com imposto de renda	(9.943)	(4.272)	(457)	-	(14.672)

Em “Outros”, do montante referente a “Resultado operacional” e “Despesas financeiras líquidas”, os saldos de R\$(22.731) e R\$(16.365), respectivamente, referem-se a gastos corporativos em conjunto.

A reconciliação do “Resultado operacional”, ajustado pelo lucro antes dos impostos e das operações descontinuadas, é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reconciliação do lucro líquido:		
Resultado operacional dos segmentos de reporte	114.434	110.903
Resultado operacional dos outros segmentos	<u>(18.022)</u>	<u>(7.583)</u>
	96.412	103.320
Depreciação e amortização	(62.574)	(44.121)
Resultado financeiro	(14.947)	(36.654)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(17.016)</u>	<u>(14.672)</u>
Lucro líquido	<u>1.875</u>	<u>7.873</u>

O total dos ativos da Sociedade demonstrado por segmento de negócio é como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Shopping centers	279.228	269.220
Aeroportos	529.275	380.990
Rodovias	369.936	353.963
Outros	<u>156.416</u>	<u>111.335</u>
Total	<u>1.334.855</u>	<u>1.115.508</u>

7.1. Divulgações no âmbito da Sociedade

- Informações geográficas

O Grupo opera nas seguintes áreas principais: Brasil, Caribe (Porto Rico, República Dominicana, Colômbia e Panamá) e México. As informações por segmento das vendas do Grupo por mercado geográfico com base na localização de seus clientes, independentemente da origem dos bens/serviços, são as seguintes:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/20</u>
Receita líquida:		
Brasil	718.660	590.336
Caribe	115.425	96.196
México	<u>64.521</u>	<u>63.179</u>
Total	<u>898.606</u>	<u>749.711</u>

7.2. Informações sobre os principais clientes

O Grupo não tem clientes ou conjunto de clientes sob controle comum que responda por mais do que 10% de sua receita.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Caixa	-	-	6.046	5.261
Bancos conta movimento	223	3	32.101	7.699
Aplicações financeiras	<u>82.399</u>	<u>16.215</u>	<u>99.971</u>	<u>127.011</u>
Total	<u>82.622</u>	<u>16.218</u>	<u>138.118</u>	<u>139.971</u>

A composição das aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa é como segue:

Operações	Rentabilidade média	Liquidez	Banco	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
				31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Aplicação automática	1,25%	Imediata	Bancolombia Panamá	-	-	1.066	-
Aplicação automática	3,6%	Imediata	IXE Banco S/A	-	-	3.866	-
Aplicação automática	25%	Imediata	Butterfield	-	-	-	48.449
Aplicação automática	60% do CDI	Imediata	Bradesco	-	-	-	10.291
Aplicação automática	50% do CDI	Imediata	Bradesco	-	-	8.438	-
Compromissadas de debêntures	103% do CDI	Imediata	Votorantim	26.771	-	26.771	5.526
Compromissadas de debêntures	102% do CDI	Imediata	Bradesco	55.628	16.215	55.628	16.215
Compromissadas de debêntures	101% do CDI	Imediata	Bradesco	-	-	799	44.942
Compromissadas de debêntures	100% do CDI	Imediata	Bradesco	-	-	1.029	-
Título de capitalização	Poupança	Imediata	Bradesco	-	-	1.000	1.000
Outros	100% do CDI	Imediata	Bradesco	-	-	591	588
Compromissadas de debêntures	100% do CDI	Imediata	Brasil	-	-	617	-
Outros	100% do CDI	Imediata	Brasil	-	-	166	-
Total				<u>82.399</u>	<u>16.215</u>	<u>99.971</u>	<u>127.011</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$1.700 e R\$1.174 referem-se à parcela retida como garantia do valor a pagar pela aquisição da Servecom Catering Refeições Ltda. e ao bloqueio por ordem judicial como garantia de execução de processos trabalhistas, respectivamente.

10. CONTAS A RECEBER

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contas a receber de clientes	23.644	11.409
Cartões de crédito e de débito	22.447	18.140
Contas a receber de contratos de preferência (vide nota explicativa nº 19)	2.670	2.778
Outros	<u>641</u>	<u>1.603</u>
	49.402	33.930
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.089)</u>	<u>(497)</u>
Total	<u>48.313</u>	<u>33.433</u>

O saldo da rubrica “Contas a receber” antes da dedução da provisão para créditos de liquidação duvidosa está expresso nas seguintes moedas locais e estrangeiras:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Em reais - R\$	32.141	24.177
Em dólares norte-americanos - US\$	8.827	8.613
Em pesos mexicanos - P\$	1.959	1.140
Em balboas - PAB\$	140	-
Em pesos dominicanos - DOP\$	159	-
Em pesos colombianos - COP	<u>6.176</u>	<u>-</u>
Total	<u>49.402</u>	<u>33.930</u>

O saldo de contas a receber de clientes refere-se principalmente a recebíveis de companhias aéreas e de operadoras de cartões de crédito e débito. As contas a receber são compostas por recebíveis a vencer e vencidos, como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
A vencer (até 30 dias)	42.031	31.727
Vencidos:		
Até 30 dias	1.699	232
De 31 a 60 dias	5.307	47
De 61 a 90 dias	224	1.924
De 90 a 180 dias	141	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.089)</u>	<u>(497)</u>
Total	<u>48.313</u>	<u>33.433</u>

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, o Grupo ofereceu recebíveis de operadoras de cartões de crédito como garantia de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tinha R\$8.478 oferecidos em garantia (R\$7.386 em 31 de dezembro de 2010).

As condições dessa operação incluem, principalmente, oferecer aos bancos como garantia os créditos presentes e futuros originados nas vendas realizadas com cartões de crédito e de débito até o limite da dívida na data de vencimento. Essa garantia pode ser executada pelos bancos em caso de inadimplência do empréstimo ou financiamento.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(464)
Adições	(130)
Reversões e baixas	<u>97</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(497)
Adições	(661)
Reversões e baixas	<u>69</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(1.089)</u>

Contas a receber de contratos de preferência

Esses valores são definidos em contratos ou acordos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

A Sociedade não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes quando comparado com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

11. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Alimentos e bebidas	14.384	12.878
Suprimentos, utensílios e ferramentas	4.217	2.626
Combustíveis	<u>2.978</u>	<u>2.742</u>
Total	<u>21.579</u>	<u>18.246</u>

O custo total dos estoques reconhecido como despesa e incluído em “Custo de vendas e serviços” totaliza R\$360.200 (R\$298.668 em 2010).

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda e contribuição social antecipados	-	-	3.058	3.031
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	2.874	410	5.518	1.672
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	-	-	287	-
Outros	-	-	492	530
Total	2.874	410	9.355	5.233

13. INVESTIMENTOS

Informações das controladas

i. 31 de dezembro de 2011

Controladas diretas ou indiretas	Participação %	Total ativos	Total passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Receita	Equivalência patrimonial
Mexico Premier Restaurants LLC (México)	100	88.057	18.124	69.934	(2.483)	64.521	(2.483)
IMC Porto Rico Ltd. (Caribe)	100	268.028	120.540	147.487	(19.817)	115.426	(19.817)
"Rede RA":							
RA Catering Ltda. (Brasil)	100	229.641	119.042	110.599	7.920	170.621	7.920
Tobs Lanches Sul Ltda. (Brasil)	99,99	5.240	4.989	251	647	10.489	647
Comissaria Aérea Brasília Ltda. (Brasil)	99,99	11.191	12.932	(1.741)	2.431	19.981	2.431
Servecom Catering Refeições Ltda. (Brasil)	99,99	3.856	6.881	(3.025)	240	3.091	240
Comissaria Aérea Brasil Ltda. (Brasil)	99,99	704	470	233	59	1.444	59
"Rede Viena":							
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	124.535	50.944	73.591	(2.379)	106.079	(2.379)
Liki Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	32.561	8.824	23.737	2.933	20.121	2.933
Viena Norte Ltda. (Brasil)	99,99	13.395	4.444	8.952	433	10.177	433
Rao Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	22.394	7.657	14.736	2.185	16.247	2.185
Ara Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	11.330	4.318	7.012	484	12.979	484
Aratam Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	11.354	4.686	6.667	977	12.401	977
Odanrio Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	22.011	7.726	14.285	(416)	14.621	(416)
Rodean Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	9.177	3.397	5.780	304	6.999	304
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	33.363	24.748	8.615	(2.282)	18.811	(2.282)
"Rede Frango Assado":							
Comercial Frango Assado Ltda. (Brasil)	99,99	286.000	79.984	206.016	1.649	155.431	1.649
Celma Lanches Dom Pedro Ltda. (Brasil)	100	4.161	5.536	(1.376)	(257)	1.482	(257)
Pedro 66 Lanchonete Ltda. (Brasil)	99,99	2.550	1.171	1.379	(609)	4.558	(609)
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	99,99	25.464	13.311	12.154	(683)	31.418	(683)
Carvalho Pinto Automotivos e Conveniências Ltda. (Brasil)	99,99	14.076	4.744	9.332	1.042	19.746	1.042
Centro de Serviços Frango Assado Sudoeste Ltda. (Brasil)	99,99	20.888	6.621	14.267	1.722	39.940	1.722
Centro de Serviços Frango Assado Suleste Ltda. (Brasil)	99,99	10.643	3.379	7.264	467	21.677	467
Auto Posto Nova Taubaté Ltda. (Brasil)	99,99	1.304	1.911	(607)	(420)	8.582	(420)
Centro de Serviços Frango Assado Anhanguera Ltda. (Brasil)	100	2.003	1.935	68	(184)	4.209	(184)
Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. (Brasil)	99,99	1.767	1.332	436	1.066	6.972	1.066
Comercial de Petróleo ACL Ltda. (Brasil)	100	550	576	(26)	(20)	358	(20)
Auto Posto Husch Pereira Ltda. (Brasil)	100	530	404	125	(27)	226	(27)
Total						898.606	(5.018)

ii. 31 de dezembro de 2010

Controladas diretas ou indiretas	Participação %	Total ativos	Total passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Receita	Equivalência patrimonial
Mexico Premier Restaurants LLC (México)	100	86.300	17.165	69.135	(5.075)	63.179	(5.075)
IMC Porto Rico Ltd. (Caribe)	100	226.422	114.750	111.673	(14.782)	96.195	(14.782)
"Rede RA":							
RA Catering Ltda. (Brasil)	100	207.229	116.897	90.333	26.306	135.266	26.306
"Rede Viena":							
Pimenta Verde Alimentos Ltda. (Brasil)	99,99	71.055	61.837	9.218	(13.804)	94.913	(13.804)
Liki Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	36.741	21.848	14.893	2.073	19.226	2.073
Viena Norte Ltda. (Brasil)	99,99	15.876	10.290	5.585	322	9.224	322
Rao Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	22.455	13.966	8.489	1.677	14.282	1.677
Ara Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	12.937	10.153	2.784	154	11.370	154
Aratam Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	16.362	11.919	4.443	837	12.372	837
Odanrio Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	24.885	16.383	8.501	369	15.561	369
Rodean Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	10.632	7.786	2.846	(144)	6.609	(144)
Niad Restaurantes Ltda. (Brasil)	99,99	40.552	41.725	(1.173)	(3.729)	20.349	(3.729)
"Rede Frango Assado":							
Comercial Frango Assado Ltda. (Brasil)	99,99	272.929	141.495	131.434	12.839	132.737	12.839
Pedro 66 Lanchonete Ltda. (Brasil)	99,99	2.568	579	1.989	(78)	2.564	(78)
Restaurante Arco-Íris de Aparecida Ltda. (Brasil)	99,99	6.486	4.197	2.289	(544)	1.823	(544)
Restaurante Andaluza Ltda. (Brasil)	99,99	5.551	1.226	4.325	(476)	1.293	(476)
Restaurante Arco-Íris de Lorena Ltda. (Brasil)	99,99	3.294	529	2.764	(407)	585	(407)
Centro de Serviços Frango Assado Norte Ltda. (Brasil)	99,99	15.868	6.400	9.468	267	26.472	267
Carvalho Pinto Automotivos e Conveniências Ltda. (Brasil)	99,99	12.717	7.427	5.290	331	18.597	331
Centro de Serviços Frango Assado Sudoeste Ltda. (Brasil)	99,99	18.313	8.768	9.545	1.184	35.945	1.184
Centro de Serviços Frango Assado Suleste Ltda. (Brasil)	99,99	9.721	4.724	4.997	323	19.593	323
Auto Posto Nova Taubaté Ltda. (Brasil)	99,99	2.258	2.445	(187)	144	6.901	144
Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. (Brasil)	99,99	1.883	2.514	(630)	4	4.655	4
Total						<u>749.711</u>	<u>7.791</u>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentada nas informações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)					
	IMC México	IMC Caribe	RA Catering	Rede Viena	Rede Frango Assado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	47.894	66.837	64.027	54.831	97.697	331.286
Aumento de capital	24.081	60.322	-	13.000	60.000	157.403
Resultado de equivalência patrimonial	(5.075)	(14.782)	26.306	(12.245)	13.587	7.791
Ajustes de conversão	<u>2.235</u>	<u>(704)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.531</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	69.135	111.673	90.333	55.586	171.284	498.011
Aporte de investimento	3.848	47.519	4.687	105.550	74.002	235.606
Resultado de equivalência patrimonial	(2.483)	(19.817)	11.297	2.239	3.746	(5.018)
Ajustes de conversão	<u>(566)</u>	<u>8.112</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.546</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>69.934</u>	<u>147.487</u>	<u>106.317</u>	<u>163.375</u>	<u>249.032</u>	<u>736.145</u>

14. IMOBILIZADO

A variação no imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está relacionada à aquisição de novas empresas, à adição de novas lojas e canais de venda no Brasil, na Colômbia e no Caribe e às baixas, como demonstrado a seguir:

	Consolidado						Total
	(IFRS e BR GAAP)						
	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	Computadores, veículos e outros	Obras e instalações em andamento	
<u>Movimentação do exercício de 2010</u>							
Custo em 31 dezembro de 2009	13.620	46.207	11.161	58.583	13.036	2.736	145.343
Depreciação em 31 de dezembro de 2009	(383)	(4.095)	(902)	(4.456)	(1.663)	-	(11.499)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2009	<u>13.237</u>	<u>42.112</u>	<u>10.259</u>	<u>54.127</u>	<u>11.373</u>	<u>2.736</u>	<u>133.844</u>
Movimentação por meio de aquisições de negócios							
Adições	220	138	9	534	21	(10)	912
Baixa	(6.792)	(1.293)	(874)	(296)	(4.940)	-	(14.195)
Transferências	-	-	-	8.756	4.004	(12.760)	-
Provisão para perdas	-	525	-	-	-	-	525
Depreciação	(764)	(6.362)	(2.371)	(9.666)	(4.075)	-	(23.238)
Custo em 31 de dezembro de 2010	6.646	69.769	18.659	98.286	25.686	19.237	238.283
Depreciação em 31 de dezembro de 2010	(745)	(21.268)	(5.050)	(28.826)	(11.651)	-	(67.540)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2010	<u>5.901</u>	<u>48.501</u>	<u>13.609</u>	<u>69.460</u>	<u>14.035</u>	<u>19.237</u>	<u>170.743</u>
<u>Movimentação do exercício de 2011</u>							
<u>Custo</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.646	69.769	18.659	98.286	25.686	19.237	238.283
Efeito das variações cambiais	633	716	186	2.565	238	1.145	5.483
Adições por meio de aquisições de negócios	4.183	8.021	3.158	2.948	13.821	78	32.209
Adições	-	18.161	3.224	38.194	6.320	28.688	94.587
Transferências, baixa e outros	187	9.318	2.552	15.664	311	(32.414)	(4.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>11.649</u>	<u>105.985</u>	<u>27.779</u>	<u>157.657</u>	<u>46.376</u>	<u>16.734</u>	<u>366.180</u>
<u>Depreciação</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(745)	(21.268)	(5.050)	(28.826)	(11.651)	-	(67.540)
Efeito das variações cambiais	(213)	(91)	10	(1.748)	(670)	-	(2.712)
Adições por meio de aquisições de negócios	(851)	(2.404)	(2.360)	(782)	(9.311)	-	(15.708)
Depreciação no ano	(285)	(10.882)	(4.392)	(14.016)	(6.861)	-	(36.436)
Transferências, baixa e outros	(176)	(1.087)	12	1.813	421	-	983
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(2.270)</u>	<u>(35.732)</u>	<u>(11.780)</u>	<u>(43.559)</u>	<u>(28.072)</u>	<u>-</u>	<u>(121.413)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2011	<u>9.379</u>	<u>70.253</u>	<u>15.999</u>	<u>114.098</u>	<u>18.304</u>	<u>16.734</u>	<u>244.767</u>

A tabela a seguir apresenta a vida útil dos ativos imobilizados:

<u>Categoria</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações	4 a 25
Máquinas, equipamentos e instalações	9 a 20
Móveis e utensílios	9 a 20
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	8 a 10
Computadores, veículos e outros	3 a 28

Os encargos de depreciação estão alocados da seguinte forma:

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Alocado ao custo de vendas e serviços	30.820	17.536
Alocado a despesas operacionais e administrativas	<u>5.616</u>	<u>5.702</u>
Total	<u>36.436</u>	<u>23.238</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.k). A Administração não identificou eventos que pudessem denotar a existência de indicadores de perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Ativos cedidos em garantia

As obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil é de R\$423 (R\$724 em 2010).

15. ÁGIO

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Custo	529.685	512.467
Perdas acumuladas por redução ao valor recuperável	<u>(2.474)</u>	<u>(2.474)</u>
Total	<u>527.211</u>	<u>509.993</u>

a) Movimentação

<u>Custo</u>	<u>31/12/11</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	507.196
Efeito das variações cambiais	<u>5.271</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	512.467
Efeito das variações cambiais	332
Adições por meio de aquisições de negócios	<u>16.886</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>529.685</u>

b) Alocação do ágio a unidades geradoras de caixa

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa, definida da seguinte forma:

- Shopping centers: refeições rápidas em cadeias de restaurantes e cafeterias.
- Aeroportos - Brasil: fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas (“catering”) e outros serviços correlacionados no Brasil.
- Aeroportos - Caribe: fornecimento de refeições em restaurantes e cafeterias e para companhias aéreas (“catering”) e outros serviços correlacionados no Caribe.
- Rodovias - Brasil: praças de alimentação em postos de serviços e cadeias de restaurantes localizadas em rodovias no Brasil, além de venda de combustíveis a veículos.
- Outros - México: setor de negócios que engloba restaurantes que oferecem serviço de atendimento em mesa e projetados para atrair uma ampla base de clientes, com preços moderados e ambiente confortável.

Antes do reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável, o valor contábil do ágio foi alocado às unidades geradoras de caixa da seguinte forma:

	Consolidado	
	<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Brasil:		
Shopping centers (i)	167.048	167.048
Aeroportos (ii)	91.790	90.442
Rodovias (iii)	<u>206.187</u>	<u>206.187</u>
	465.025	463.677
Aeroportos - Caribe (iv)	23.816	7.593
Outros - México (v)	<u>38.370</u>	<u>38.723</u>
Total	<u>527.211</u>	<u>509.993</u>

(i) Shopping centers - Brasil

Em 1º de setembro de 2007, o Grupo adquiriu, no Brasil, as empresas que formavam a Rede Viena, um negócio integrado ao segmento de shopping centers, pelo montante de R\$173.541, o qual foi pago na data da aquisição. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado com base no balanço patrimonial das empresas adquiridas em 31 de agosto de 2007, resultando em um ágio de R\$167.048.

(ii) Aeroportos - Brasil

- Em 16 de abril de 2007, o Grupo adquiriu a RA Catering Ltda., um negócio integrado ao segmento de aeroportos, pelo valor de R\$100.000, tendo uma parcela desse valor sido paga na data de aquisição e o restante, no valor de R\$27.797 (acrescido de juros de 102% do CDI), em setembro de 2009. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado com base no balanço patrimonial da empresa em 31 de março de 2007, resultando em um ágio de R\$90.442.
- Em 8 de abril de 2011, o Grupo adquiriu as empresas Comissaria Aérea Brasília Ltda. e Comissaria Aérea Brasil Ltda., pelo valor de R\$38.289, tendo uma parcela desse valor sido paga na data de aquisição e o restante, no valor de R\$17.965, a ser pago em cinco anos, quando for efetuada a renovação dos contratos de concessão (utilização de áreas do aeroporto) firmados com a Infraero, ou a qualquer momento, caso o Grupo deseje alienar ou fechar as empresas adquiridas. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado com base no balanço patrimonial da empresa, resultando em um ágio de R\$997. Até a data da conclusão do relatório das demonstrações financeiras, essas combinações de negócios eram preliminares (vide nota explicativa nº 6.a.ii)).
- Em 1º de setembro de 2011, o Grupo adquiriu a empresa Servecom Catering Refeições Ltda., pelo valor de R\$4.650, tendo uma parcela desse valor sido paga na data de aquisição e o restante, no valor de R\$1.700, retidos para fins de garantias, a ser pago até setembro de 2016. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado com base no balanço patrimonial da empresa, resultando em um ágio de R\$351. Até a data da conclusão do relatório das demonstrações financeiras, essa combinação de negócios era preliminar (vide nota explicativa nº 6.a.iii)).

(iii) Rodovias - Brasil

Em 23 de setembro de 2008, o Grupo adquiriu, no Brasil, as empresas que formavam a Rede Frango Assado, um negócio integrado ao segmento de rodovias, pelo montante de R\$183.187, o qual foi pago na data da aquisição. O valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi calculado com base no balanço patrimonial das empresas adquiridas em 31 de agosto de 2008, resultando em um ágio de R\$206.187.

(iv) Aeroportos - Caribe

- Em 31 de março de 2008, o Grupo adquiriu as empresas Airport Shoppes Corporation, Airport Aviation Services, Inc., Carolina Catering Corporation, Cargo Service Corporation e Airport Catering Services Corporation, que integram as operações em aeroporto no Caribe. O preço de compra pago pelas empresas, no valor de R\$212.667, líquido do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no valor de R\$205.749, resultou em um ágio de R\$6.918 (na data de aquisição).
- Em 1º de março de 2009, o Grupo, por meio da controlada Airport Shoppes Corporation, adquiriu da Dufry Americas y Caribe Corp. 100% das ações da Inversiones Liers, S.A., na República Dominicana, pelo valor de R\$21.436. A saída de caixa no momento da aquisição foi de R\$2.796, líquidos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no valor de R\$17.797, e resultou em um ágio de R\$3.639 (na data de aquisição).
- Em 7 de julho de 2011, o Grupo, através da controlada IMC Airport Shoppes S.A.S., adquiriu 100% das ações da Aeroservicios De La Costa Limitada, na Colômbia, pelo valor total de R\$8.235. O valor justo dos ativos líquidos totais foi de R\$7.698, resultando em um ágio de R\$537. Até a data da conclusão do relatório das demonstrações financeiras, essa combinação de negócios era preliminar (vide nota explicativa nº 6.c.i)).
- Em 1º de dezembro de 2011, o Grupo, através da controlada IMC Airport Shoppes S.A.S., adquiriu 100% das ações da Inversiones G Serrano M Aeroservicios Ltda., na Colômbia, pelo valor total de R\$20.844. O valor justo dos ativos líquidos totais foi de R\$4.184, resultando em um ágio de R\$16.660. Até a data da conclusão do relatório das demonstrações financeiras, essa combinação de negócios era preliminar (vide nota explicativa nº 6.c.ii)).

(v) Outros - México

- Em 30 de novembro de 2006, o Grupo adquiriu no México as empresas do Grupo La Mansión, pelo valor de R\$52.461. A alocação do preço de compra final resultou no valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da aquisição de R\$8.662, gerando um ágio de R\$43.799 (na data de aquisição).
- Em 1º de junho de 2007, o Grupo adquiriu no México a empresa Champs Elysées, S.A. O preço de compra foi de R\$12.643. À época da aquisição, a Champs Elysées S.A. apresentava valor justo negativo dos ativos de R\$2.220. Como consequência, foi gerado um ágio de R\$14.863 (na data de aquisição).

Análise de redução do valor recuperável

Unidades geradoras de caixa brasileiras

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa brasileiras foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nos orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 14,02% ao ano. Os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados

utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 4,5%, a qual não excede a inflação esperada no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis se baseiam não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa brasileiras foram as seguintes:

Participação de mercado orçada	Participação de mercado média no período imediatamente anterior ao período do orçamento, mais taxa de crescimento anual média de 0,9% para os próximos cinco anos. Os valores atribuídos à premissa refletem a experiência passada, exceto o fator de crescimento, que é consistente com os planos da Administração de focalização das operações nesses mercados. A Administração entende que o crescimento anual da participação de mercado para os próximos cinco anos é exequível.
Margem bruta orçada	Margens brutas médias alcançadas no período imediatamente anterior ao período do orçamento, aumentadas em virtude das melhorias de eficiência esperadas. Refletem a experiência passada, exceto as melhorias de eficiência.
Inflação dos preços da matéria-prima	Previsões para os índices de preços ao consumidor para o período de orçamento dos países dos quais as matérias-primas são adquiridas. Os valores alocados às principais premissas são consistentes com fontes externas de informações.

Unidades geradoras de caixa caribenhas

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa caribenhas, considerando taxas de garantia de 2,2% a 5% ao ano no fim do exercício, foi determinado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração e uma taxa de desconto de 13% ao ano. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis se baseiam não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As principais premissas utilizadas para calcular o valor em uso das unidades geradoras de caixa caribenhas foram as seguintes:

Participação de mercado orçada	Participação de mercado média no período imediatamente anterior ao período do orçamento, mais taxa de crescimento anual de 1% a 2,5%. Os valores atribuídos à premissa refletem a experiência passada, exceto o fator de crescimento, que é consistente com os planos da Administração de focalização das operações nesses mercados. A Administração entende que o crescimento anual da participação de mercado para os próximos cinco anos é exequível.
--------------------------------	--

Margem bruta orçada Margens brutas médias alcançadas no período imediatamente anterior ao período do orçamento, aumentadas em virtude das melhorias de eficiência esperadas. Refletem a experiência passada, exceto as melhorias de eficiência.

Inflação dos preços da matéria-prima Previsões para os índices de preços ao consumidor para o período de orçamento dos países dos quais as matérias-primas são adquiridas. Os valores alocados às principais premissas são consistentes com fontes externas de informações.

Unidades geradoras de caixa mexicanas

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa mexicanas foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e uma taxa de desconto de 8,85% ao ano. Os fluxos de caixa para além do quinquênio foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3,5%. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis se baseiam não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As principais premissas utilizadas para calcular o valor em uso das unidades geradoras de caixa mexicanas foram as seguintes:

Participação de mercado orçada Participação de mercado média no período imediatamente anterior ao período do orçamento, mais taxa de retração média anual de 1% para os próximos cinco anos. Os valores atribuídos à premissa refletem a experiência passada, exceto o fator de crescimento, que é consistente com os planos dos Diretores de focalização das operações nesses mercados. Os Diretores entendem que o crescimento anual da participação de mercado para os próximos cinco anos é exequível.

Margem bruta orçada Margens brutas médias alcançadas no período imediatamente anterior ao período de orçamento, aumentadas em virtude das melhorias de eficiência esperadas. Refletem a experiência passada, exceto as melhorias de eficiência.

Inflação dos preços da matéria-prima Previsões para os índices de preços ao consumidor para o período de orçamento dos países dos quais as matérias-primas são adquiridas. Os valores alocados à principal premissa são consistentes com fontes externas de informações.

16. OUTROS INTANGÍVEIS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Software	14.078	9.386
Marcas registradas (a)	38.303	40.286
Direitos de licenciamento (b)	52.591	14.092
Direitos de arrendamento (c)	123.224	112.564
Contratos de não concorrência (d)	54	1.786
Direitos sobre pontos comerciais (e)	35.435	22.886
Outros	<u>3.738</u>	<u>1.292</u>
Total	<u>267.423</u>	<u>202.292</u>

A variação nos intangíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, de 2010 e de 2009 foi a seguinte:

	<u>Software</u>	<u>Marcas registradas</u>	<u>Direitos de licenciamento</u>	<u>Direitos de arrendamento</u>	<u>Contratos de não concorrência</u>	<u>Direitos sobre pontos comerciais</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.456	41.603	20.096	129.637	3.647	3.738	404	207.581
Efeito das variações cambiais	-	99	-	4.809	(96)	-	-	4.812
Adições	3.146	-	-	-	-	19.148	1.282	23.576
Alienações	(56)	-	-	-	-	-	(17)	(73)
Amortização	(2.160)	(1.416)	(6.004)	(21.882)	(1.765)	-	(377)	(33.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>9.386</u>	<u>40.286</u>	<u>14.092</u>	<u>112.564</u>	<u>1.786</u>	<u>22.886</u>	<u>1.292</u>	<u>202.292</u>
Custo em 31 de dezembro de 2010	13.087	44.875	31.608	138.993	9.496	22.886	2.423	263.368
Amortização em 31 de dezembro de 2010	(3.702)	(4.589)	(17.516)	(26.429)	(7.710)	-	(1.131)	(61.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>9.386</u>	<u>40.286</u>	<u>14.092</u>	<u>112.564</u>	<u>1.786</u>	<u>22.886</u>	<u>1.292</u>	<u>202.292</u>
<u>Custo</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2010	13.087	44.875	31.608	138.993	9.496	22.886	2.423	263.368
Efeito das variações cambiais	-	(97)	-	13.045	(86)	-	(13)	12.849
Adições por meio de aquisições de negócios	-	6	55.638	-	-	6.200	3.057	64.901
Adições	7.300	51	71	-	-	6.189	9	13.620
Transferências, baixas e outros	176	(527)	(8.711)	12.633	28	2.765	(1.587)	4.777
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>20.563</u>	<u>44.308</u>	<u>78.606</u>	<u>164.671</u>	<u>9.438</u>	<u>38.040</u>	<u>3.889</u>	<u>359.515</u>

	Software	Marcas registradas	Direitos de licenciamento	Direitos de arrendamento	Contratos de não concorrência	Direitos sobre pontos comerciais	Outros	Total
<u>Amortização</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.702)	(4.589)	(17.516)	(26.429)	(7.710)	-	(1.131)	(61.077)
Efeito das variações cambiais	-	-	-	(3.207)	87	(9)	4	(3.125)
Adições (*)	(2.604)	(1.506)	(8.499)	(9.833)	(1.779)	(1.488)	(429)	(26.138)
Transferências, baixas e outros	(179)	90	-	(1.978)	18	(1.108)	1.405	(1.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(6.485)</u>	<u>(6.005)</u>	<u>(26.015)</u>	<u>(41.447)</u>	<u>(9.383)</u>	<u>(2.605)</u>	<u>(152)</u>	<u>(92.092)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2011	<u>14.078</u>	<u>38.303</u>	<u>52.591</u>	<u>123.224</u>	<u>54</u>	<u>35.435</u>	<u>3.738</u>	<u>267.423</u>

(*) Os encargos de amortização sobre os outros ativos intangíveis estão registrados na rubrica "Despesas operacionais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

Outros ativos intangíveis são amortizados de acordo com a vida útil dos ativos, como segue:

<u>Categoria</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Software	5
Marcas registradas	5-30
Direitos de licenciamento	5-10
Direitos de arrendamento	5-20
Contratos de não concorrência	10-12
Direitos sobre pontos comerciais	20
Outros	10

Outros ativos intangíveis significativos

a) Marcas registradas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/11			31/12/10		
	Custo	Amortização	Valor líquido	Custo	Amortização	Valor líquido
Brasil:						
Frango Assado	9.275	(1.030)	8.245	9.275	(721)	8.554
Viena	20.296	(2.932)	17.364	20.296	(2.255)	18.041
Black Coffee	1.562	(742)	820	1.562	(586)	976
Café Boulevard	785	(746)	39	785	(589)	196
Brunella	690	(109)	581	689	(86)	603
Outros	<u>1.063</u>	<u>(446)</u>	<u>617</u>	<u>1.590</u>	<u>(352)</u>	<u>1.238</u>
	33.671	(6.005)	27.666	34.197	(4.589)	29.608
México-						
La Mansión e Champs						
Elysées	<u>10.637</u>	-	<u>10.637</u>	<u>10.678</u>	-	<u>10.678</u>
Total	<u>44.308</u>	<u>(6.005)</u>	<u>38.303</u>	<u>44.875</u>	<u>(4.589)</u>	<u>40.286</u>

As marcas registradas decorrem da alocação do preço de aquisição das empresas/negócios adquiridos.

b) Direitos de licenciamento

Parte do preço atribuível à aquisição das operações de comissaria (“catering”) foi alocada às licenças no Brasil para operar serviços de fornecer e servir refeições nas aeronaves e no aeroporto de Congonhas, São Paulo.

c) Direitos de arrendamento

Caribe

Em virtude da aquisição das empresas Airport Shoppes Corporation, Airport Aviation Services, Inc., Carolina Catering Corporation, Cargo Service Corporation e Airport Catering Services Corporation, em Porto Rico, parte do pagamento foi alocada a contratos de arrendamento celebrados com a Autoridade Aeroportuária (“direitos de arrendamento”). O valor relativo aos contratos de arrendamento é amortizado ao longo dos prazos dos respectivos contratos, que terminam em até 2030.

Brasil

Como parte do preço de aquisição das operações em aeroportos, foram reconhecidos direitos sobre contratos de arrendamento celebrados com a Autoridade Aeroportuária para operar seus restaurantes e cafés. O valor relativo aos contratos de arrendamento é amortizado ao longo dos prazos dos respectivos contratos, que terminam em até 2021.

d) Contratos de não concorrência

Como parte da aquisição da La Mansión no México, os ativos intangíveis identificáveis referem-se à cláusula de não concorrência, que proíbe o vendedor de possuir, gerenciar e atuar na qualidade de membro do conselho ou assessor de qualquer entidade que concorra direta ou indiretamente com a IMC México, exceto no caso de certos restaurantes dos quais já era proprietário no momento da aquisição.

e) Direitos sobre pontos comerciais

Referem-se a direitos sobre pontos comerciais adquiridos por meio da aquisição de negócios, descrita na nota explicativa nº 6.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Vencimento	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
			31/12/11	31/12/10
Banco Itaú S.A. (a)	CDI + 1,4% a.a.	Trimestral até 29/01/15	79.999	170.039
Banco Bradesco S.A. (b)	CDI + 2,25% a.a.	Semestral até 23/09/15	62.133	124.236
Firstbank (Porto Rico) (c)	LIBOR de 90 dias + “spread” 1,75% a 2,50%, de acordo com o índice de alavancagem	01/01/17	85.839	88.715
Firstbank (Porto Rico) (d)	LIBOR de 90 dias + “spread” 1,75% a 2,50%, de acordo com o índice de alavancagem	Três pagamentos iguais em abril, julho e outubro de 2011	-	11.192
BNDES	TJLP ou variação cambial + 5,8% a.a.	Mensal até 15/06/16	4.445	5.323
BNDES/PEC	TJLP + 8% a.a.	Mensal até 15/01/13	1.751	3.197
Outros (e)			8.291	4.164
Total			<u>242.458</u>	<u>406.866</u>
<u>Classificado como</u>				
Circulante:				
	Empréstimos em moeda estrangeira		13.255	19.997
	Empréstimos em moeda local (R\$)		<u>24.959</u>	<u>62.959</u>
Total			<u>38.214</u>	<u>82.956</u>
Não circulante:				
	Empréstimos em moeda estrangeira		79.170	83.215
	Empréstimos em moeda local		<u>125.074</u>	<u>240.695</u>
Total			<u>204.244</u>	<u>323.910</u>

Taxa Interbancária do Mercado de Londres - LIBOR.

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Em junho de 2011, o Grupo efetuou o pré-pagamento de parte dos empréstimos em aberto com os Bancos Itaú S.A e Bradesco S.A. em cumprimento de seu plano de utilização dos recursos oriundos da oferta inicial de ações (“IPO”). O valor pré-pago foi de R\$120 milhões, sendo R\$60 milhões de cada banco. Em virtude desse pré-pagamento, está em fase de renegociação a redução dos percentuais das garantias de penhor citadas nos itens (a) e (b) a seguir.

Com o pré-pagamento, a dívida total não circulante passa a ser conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2013	37.610
2014	66.197
2015 em diante	<u>100.437</u>
Total	<u>204.244</u>

Garantias e compromissos

- (a) Empréstimo obtido do Banco Itaú S.A. pelo Grupo em 2007 e 2008, em duas parcelas, no valor de R\$185.000, mediante emissão de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, com vencimento final em janeiro de 2015, e encargos financeiros indexados à variação do CDI mais “spread” de 1,4% ao ano, garantido por meio de penhor de 100% da participação da Sociedade em certas controladas e de penhor dos direitos de crédito decorrentes de vendas efetuadas pelas controladas da Sociedade usando cartões de crédito. Se o fluxo dos direitos de crédito tornar-se insuficiente, o Grupo terá de constituir garantia adicional. O contrato possui certas cláusulas calculadas com base em demonstrações financeiras combinadas das entidades da RA Catering Ltda. e das operações da Rede Viena, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas cláusulas basicamente consistem nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, bem como nos índices de cobertura de serviço da dívida, anualmente, de 2010 até a liquidação total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo cumpriu essas cláusulas.

- (b) Empréstimos obtidos pelo Grupo do Banco Bradesco S.A. no valor de R\$120.000, mediante emissão de CCBs e encargos financeiros indexados à variação do CDI mais "spread" de 2,25% ao ano, garantidos por meio de penhor de 100% da participação da Sociedade em certas controladas e de penhor de direitos de crédito decorrentes de vendas efetuadas pelas controladas da Sociedade usando cartões de crédito. Além disso, o Grupo assumiu o compromisso de não distribuir dividendos acima do valor mínimo obrigatório estipulado pela legislação local e de manter, de acordo com as demonstrações financeiras combinadas das entidades das operações do Frango Assado, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, certas cláusulas contratuais calculadas com base nos quocientes entre a dívida líquida e o LAJIDA, bem como índices de cobertura de serviço da dívida, anualmente, a partir de 2009 até a total liquidação do empréstimo em questão. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo cumpriu essas cláusulas.
- (c) Empréstimo do Firstbank no valor de US\$51 milhões, amortizável em 24 prestações trimestrais a partir de abril de 2011. O empréstimo é garantido pelos ativos e por 100% das cotas emitidas pela IMC Puerto Rico Ltd. (Caribe), bem como pelas receitas de aluguel de contratos de cessão de franquia. O contrato de empréstimo também exige que a IMC Puerto Rico Ltd. cumpra determinadas cláusulas restritivas afirmativas e negativas de forma consolidada e limita a distribuição de dividendos a 50% do lucro líquido do exercício. Os índices financeiros estabelecidos no contrato de empréstimo serão avaliados trimestralmente pela instituição financeira a partir de 31 de março de 2009. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo cumpriu essas cláusulas.
- (d) Linha de crédito rotativo do Firstbank de três anos de US\$14 milhões, concedida por uma instituição financeira à IMC Puerto Rico Ltd., sujeita a juros a uma taxa anual igual à LIBOR de 90 dias mais um "spread", que varia com base em um quociente predefinido. Esse empréstimo foi pré-pago em março de 2011.
- (e) Garantido por notas promissórias.

18. PROVISÃO PARA DISPUTAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

O Grupo é parte envolvida em determinadas contingências trabalhistas e previdenciárias, tributárias e cíveis para as quais recursos foram impetrados. Depósitos judiciais foram realizados quando exigido pelas autoridades.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Trabalhistas e previdenciárias (a)	18.067	15.280
Tributárias (b)	8.676	9.422
Cíveis (c)	<u>576</u>	<u>553</u>
Total	<u>27.319</u>	<u>25.255</u>

- (a) O Grupo é parte envolvida em diversas ações trabalhistas e previdenciárias decorrentes principalmente de rescisão de contratos de trabalho no curso normal de seus negócios. A Administração registrou provisões para essas ações com base nas opiniões dos assessores jurídicos da Sociedade, que avaliaram o risco de perdas como provável.
- (b) O Grupo possui riscos quanto a questionamentos por parte das autoridades fiscais (federais, estaduais e municipais) e, com base na opinião de seus assessores tributários, constituiu provisão para cobrir a eventual materialização desses riscos.
- (c) O Grupo é parte envolvida em ações e vários outros processos cíveis, tais como alegações de desequilíbrio econômico ou ações ajuizadas por produtores, relacionadas a descontos de qualidade. A Administração registrou provisões para essas ações com base nas opiniões dos assessores jurídicos da Sociedade, que avaliaram o risco de perdas como provável.

O Grupo também é parte em outras ações que envolvem risco potencial de perdas: tributárias - R\$7.245, trabalhistas e previdenciárias - R\$5.876 e cíveis - R\$1.296. Com base na análise das respectivas contingências e na opinião dos assessores jurídicos do Grupo, a Administração entende ser possível o risco de perda nessas contingências e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão.

A movimentação da provisão no exercício é a seguinte:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>Trabalhistas e previdenciárias</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.280	9.422	553	25.255
Adições por aquisição de controladas	10.005	7.142	212	17.359
Adições	5.740	423	126	6.289
Reversões	(11.786)	(8.304)	(315)	(20.405)
Utilizações	<u>(1.172)</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(1.179)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>18.067</u>	<u>8.676</u>	<u>576</u>	<u>27.319</u>

As principais alterações debitadas como despesas operacionais e administrativas na demonstração do resultado referem-se a:

- Contingências relacionadas a ações contabilizadas pelas empresas adquiridas mencionadas na nota explicativa nº 6.
- Reversões das contingências relacionadas a demandas e riscos prescritos.

19. RECEITA DIFERIDA

Refere-se a bônus e abatimentos recebidos de fornecedores por preferência e exclusividade na utilização de seus serviços e/ou revenda de seus produtos. Esses bônus e abatimentos são reconhecidos em “Outras receitas” nas demonstrações do resultado quando o serviço é prestado e de acordo com o vencimento dos contratos celebrados entre o Grupo e seus fornecedores.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos prejuízos fiscais, da base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias reconhecidos. Esses créditos são registrados no ativo e no passivo não circulantes, com base na estimativa de rentabilidade futura, de acordo com a legislação vigente na jurisdição de cada controlada.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o imposto de renda diferido é o seguinte:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	30.352	15.911
Diferenças temporárias:		
Provisão para contas a pagar	3.478	632
Provisão para disputas	8.643	-
Outras	<u>753</u>	<u>73</u>
Total	<u>43.226</u>	<u>16.616</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Passivo-		
Diferenças temporárias:		
Passivos de imposto de renda diferido sobre amortização de ágio para fins de tributação local	(85.199)	(33.572)
Marcas registradas alocadas de aquisições de negócios	(17.958)	(40.997)
Outras	<u>(2.214)</u>	<u>(299)</u>
Total	<u>(105.371)</u>	<u>(74.868)</u>

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Com base no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, foi estimado o seguinte cronograma de realização:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2012	3.738
2013	5.488
2014	6.967
2015	6.189
2016 em diante	<u>20.844</u>
Total	<u>43.226</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo possui saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$192.083 (R\$160.048 em 31 de dezembro de 2010), para os quais registrou um ativo fiscal diferido até o montante compensável com lucros tributáveis futuros. Os saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social estão distribuídos às controladas da seguinte forma:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Brasil	168.821	138.146
Caribe	1.552	2.830
México	<u>21.710</u>	<u>19.072</u>
Total	<u>192.083</u>	<u>160.048</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reavaliou sua base de reconhecimento de ativos de impostos de renda diferidos. Com base nessa análise, que consistia na projeção da realização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social pelos próximos cinco anos, a Administração decidiu reconhecer, em 2011, o valor de R\$12.435 (R\$9.472 em 2010) referente a uma parte dos ativos de impostos de renda diferidos retidos a prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas até 31 de dezembro de 2011.

Para as controladas brasileiras, a legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% da receita tributável.

Em Porto Rico, geralmente, os prejuízos fiscais operacionais líquidos podem ser compensados com lucros tributáveis futuros em até sete anos. Para os prejuízos fiscais incorridos em anos fiscais iniciados após 31 de dezembro de 2004 e antes de 31 de dezembro de 2012, o período de utilização será de dez anos, para os impostos usuais. Os prejuízos fiscais disponíveis à operação de Porto Rico podem ser utilizados para compensar as receitas somente de operações totalmente tributáveis (ao contrário de receitas sujeitas a taxas de imposto especial de rendimentos provenientes de leis de incentivos fiscais). Além disso, para fins de imposto mínimo alternativo, como regra geral, a Sociedade pode utilizar como dedução os prejuízos fiscais em um ano determinado de até 90% da receita mínima alternativa aplicável apurada sem considerar as referidas deduções.

No México, os prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros nos dez anos seguintes, a partir do ano em que o prejuízo foi gerado, caso contrário tais prejuízos prescreverão.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.891	22.545
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(6.423)	(7.665)
Ajustes efetuados:		
Diferenças permanentes	(9.033)	(178)
Efeito sobre diferenças de taxas vigentes de controladas em outros países	(418)	389
Reconhecimento de créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores (vide item a) anterior)	12.435	9.472
Créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(13.473)	(16.690)
Outros	<u>(104)</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(17.016)</u>	<u>(14.672)</u>

No Brasil, a declaração de imposto de renda está sujeita a exame pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue, o que resulta em seis anos, uma vez que as declarações são entregues até o mês de junho do ano-calendário seguinte ao ano-base. Em decorrência dessas inspeções, podem ser imputados impostos adicionais e penalidades, que seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

Em Porto Rico, as declarações de imposto de renda são geralmente sujeitas a exame pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (seis anos, caso certas condições sejam satisfeitas) a partir da data do envio das declarações (15º dia do 4º mês após o fim do ano fiscal, com acréscimo de eventuais prorrogações), a fim de revisar o exercício analisado (qualquer ano fiscal pode ser examinado a fim de reduzir os prejuízos fiscais que são transportados para um ano que não foi revisado). Em decorrência dessas inspeções, podem ser imputados impostos adicionais e penalidades, que seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

No México, as declarações de imposto de renda são sujeitas a exame pelas autoridades fiscais para um período de cinco anos, a partir da data da declaração a qual é arquivada em março do ano subsequente.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 125.066.870 ações ordinárias, sem valor nominal.

A reconciliação das ações no início e no fim do exercício é como segue:

	<u>Controladora (BR GAAP)</u>
Posição acionária em 31 de dezembro de 2009	45.893.368
Novas ações emitidas em 2010	<u>13.850.922</u>
Posição acionária em 31 de dezembro de 2010	59.744.290
Novas ações emitidas em 2011	<u>23.936.506</u>
Posição acionária em 31 de dezembro de 2011	<u>83.680.796</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Sociedade era composto por 83.680.796 ações, que representam um montante de R\$615.466, líquido do custo da oferta inicial de ações (“IPO”) (R\$434.922 em 31 de dezembro de 2010).

Em 3 de março de 2011, conforme aprovado em Assembleia, a Sociedade realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aporte do seu capital social em R\$191.490, integralizando 22.214.667 ações ordinárias emitidas pela Sociedade, e no aumento das reservas de capital, no montante de R\$108.408. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 10 de março de 2011.

Em 5 de abril de 2011, foi efetuada a venda de um lote adicional de ações no montante de R\$13.179, mediante a emissão e integralização de 1.527.258 ações ordinárias emitidas pela Sociedade, e o aumento das reservas de capital, no montante de R\$7.453, em razão do exercício parcial da opção outorgada ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. conforme definido nos contratos firmados entre as partes para coordenação da oferta inicial de ações (“IPO”) (“Green Shoe”). Os custos com a oferta dessas ações foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido, no montante de R\$24.125.

Em 3 de maio de 2011, foram emitidas 194.581 ações como parte do programa de pagamentos a empregados com base em ações descrito na nota explicativa nº 27.

Destinação do lucro líquido

Do lucro líquido apurado, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, depois da dedução dos custos legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus acionistas, por deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, que poderão ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório.

Reserva de capital

Refere-se ao ágio na subscrição de ações nas contribuições de capital ocorridas em 2010 e em 2011.

Ações em tesouraria

A crise nos mercados financeiros internacionais desencadeada a partir do mês de agosto de 2011 impactou negativamente o desempenho da ação da Sociedade, cujo preço de mercado alcançou níveis inferiores aos do IPO. Nesse contexto, em 27 de outubro de 2011 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou um programa de recompra de ações com duração de até um ano e por um volume de até 10% das ações em circulação. A Administração considera que esse programa sinaliza o entendimento sobre as perspectivas da Sociedade e contribuirá significativamente para a preservação do patrimônio dos acionistas.

A quantidade de ações adquiridas até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 105.000 ações ordinárias, mantidas em tesouraria.

O custo médio unitário ponderado da aquisição foi de R\$12,30 e os custos mínimos e máximos dos dias da recompra foram de R\$12,00 e R\$12,50, respectivamente.

O desembolso líquido para essas recompras no exercício foi de R\$1.293.

O valor de mercado das 105.000 ações em tesouraria, calculado com base na última cotação, em bolsa ou balcão, anterior à data de encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, é de R\$1.364.

Outros resultados abrangentes

Referem-se à conversão dos resultados em moeda estrangeira calculados sobre o patrimônio líquido das controladas estrangeiras.

22. RECEITA LÍQUIDA

A seguir, a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações do resultado:

	Consolidado	
	(IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita bruta	975.419	813.828
(-) Impostos sobre vendas	(72.683)	(60.803)
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(4.130)</u>	<u>(3.314)</u>
Total	<u>898.606</u>	<u>749.711</u>

23. CUSTO DE VENDAS E SERVIÇOS

	Consolidado	
	(IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Refeições, combustíveis e outros	(360.200)	(298.668)
Mão de obra	(203.299)	(162.613)
Depreciação	(30.820)	(17.570)
Outros	<u>(38.237)</u>	<u>(32.755)</u>
Total	<u>(632.556)</u>	<u>(511.606)</u>

24. DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Despesas com folha de pagamento	(528)	-	(43.933)	(45.079)
Despesas de aluguel	(4)	-	(72.244)	(55.085)
Despesas com serviços de terceiros	(1.799)	(653)	(30.953)	(26.697)
Comissões de cartões de crédito	-	-	(10.617)	(9.130)
Despesas com materiais diversos	-	-	(3.776)	(3.205)
Despesas com viagens	(111)	-	(3.416)	(2.906)
Despesas com utilidades de manutenção	(4.247)	(809)	(25.534)	(12.760)
Depreciação e amortização	(4)	-	(31.754)	(26.551)
Despesas com bônus à Diretoria e empregados (IPO)	(2.546)	-	(7.852)	-
Outras receitas e despesas	<u>(195)</u>	<u>-</u>	<u>(19.504)</u>	<u>(3.648)</u>
Total	<u>(9.434)</u>	<u>(1.462)</u>	<u>(249.583)</u>	<u>(185.061)</u>

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Outras despesas:		
Perdas por redução ao valor recuperável	-	(2.474)
Baixas de ativos fixos	(722)	(11.460)
Outras despesas	<u>(52)</u>	<u>(820)</u>
Total	<u>(774)</u>	<u>(14.754)</u>
Outras receitas:		
Contratos de exclusividade	5.345	7.360
Vendas de ativo fixo	773	10.454
Renegociação com clientes e fornecedores	9.925	2.407
Precatório do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.092	1.750
Recuperação de impostos	1.471	237
Receita de sublocações	4.431	2.000
Receitas (“vending machine”)	1.014	707
Outras	<u>1.601</u>	<u>5.379</u>
Total	<u>26.652</u>	<u>30.294</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	16.575	3.449	18.889	5.598
Outras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.078</u>	<u>361</u>
Total	<u>16.575</u>	<u>3.449</u>	<u>19.967</u>	<u>5.959</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento (*)	(45)	-	(30.075)	(40.653)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(196)	(1.018)	(3.902)	(1.960)
Outras	<u>(7)</u>	<u>(887)</u>	<u>(937)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(248)</u>	<u>(1.905)</u>	<u>(34.914)</u>	<u>(42.613)</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2011, os principais empréstimos que contribuíram para a despesa de juros sobre financiamento foram Banco Itaú - R\$14.341 (R\$20.345 em 2010), Banco Bradesco - R\$11.774 (R\$14.393 em 2010) e Firstbank - R\$2.320 (R\$2.779 em 2010).

27. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração do pessoal-chave da Administração (Conselheiros, Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Presidentes, Diretores Estatutários e não Estatutários e Diretores Financeiros nacionais) foi de R\$14.042 (R\$12.525 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). Desse valor, R\$7.261 referem-se a bônus vinculados à abertura de capital pagos em dinheiro e R\$2.095 referem-se a pagamento com base em ações da Sociedade. Esse valor foi registrado na rubrica “Despesas operacionais e administrativas” e inclui somente os benefícios de curto prazo. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios de longo prazo.

Plano de pagamento com base em ações

Em 15 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Direito de Ações da Sociedade. De acordo com os termos e as condições aprovados, esse Plano será administrado pelo Conselho de Administração, que é o responsável por realizar as outorgas de direitos de ações e estabelecer os termos específicos aplicáveis a cada outorga, definindo a porcentagem de direitos, as condições para o exercício do direito, o prazo final para exercício do direito e o preço de exercício.

O limite máximo de ações que podem ser objeto desses direitos foi definido em 2.987.214 ações ordinárias. O preço de exercício foi definido em R\$0,15.

Após aprovação do Plano, foram assinados acordos individuais com cada um dos beneficiários eleitos, estabelecendo os critérios específicos também de forma individual. Foram outorgados direitos de 194.581 ações até 31 de dezembro de 2011, ainda não exercidos. A condição para exercício desses direitos é imediata. Portanto, considerando o valor justo das ações nas datas da outorga, de R\$13,50, o valor dos serviços tomados foi de R\$2.546, registrados como incremento das reservas de capital em contrapartida a despesas operacionais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O valor justo das ações foi definido de acordo com o valor de mercado das ações da Sociedade.

28. PARTES RELACIONADAS

As controladas realizam operações de compras e rateio de despesas entre si, as quais também foram integralmente eliminadas no processo de consolidação, cujos valores eliminados são como segue:

<u>Controladas</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Rede Frango Assado	12.135	6.747
Rede Viena	28.871	10.673
RA Catering	<u>5.930</u>	<u>1.670</u>
Total	<u>46.936</u>	<u>19.090</u>

A controlada Comercial Frango Assado Ltda. (rodovia) possui contratos de arrendamento operacional de uma parte dos imóveis usados para suas operações assinados com um dos investidores do Grupo. Esses contratos possuem prazo de validade de 20 anos e valor mensal fixo de aluguel reajustado a cada 12 meses pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV. De acordo com esses contratos, as partes renunciaram o direito de ingressar com ação revisional de aluguel prevista nas Leis de Locações; uma revisão poderá ser feita após dez anos da assinatura do contrato, de modo que o valor anual deverá ser equivalente a 8% do valor de mercado das edificações e terrenos.

Em 2009, o Grupo, através da controlada Airport Shoppes Corporation, adquiriu da Dufry Americas y Caribe Corp., uma empresa controlada pelos Fundos Advent, 100% das ações da empresa Inversiones Liers, S.A., na República Dominicana, pelo valor de R\$16.468. Essa empresa detém os direitos de contratos de alugueis de espaços para lojas no aeroporto de Santo Domingo. Conforme o acordo, essa aquisição será paga em parcelas anuais até 17 de fevereiro de 2029 e não incide juros sobre o saldo. O saldo a valor presente em 31 de dezembro de 2011 é de R\$6.442.

O Grupo mantém um acordo de prestação de serviços de consultoria técnica e de mercado com um investidor minoritário dos fundos que controlam a Sociedade, cujos valores anuais pagos são de R\$60 anuais, registrados como “Despesas operacionais e administrativas”.

Os avais e as garantias prestados pelas Empresas do Grupo para financiamentos próprios ou de partes relacionadas são as divulgadas na nota explicativa nº 17.

A remuneração dos administradores está descrita na nota explicativa nº 27.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do capital

A Administração do Grupo gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade normal dos negócios do Grupo e maximizar os recursos para aplicação em novas lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além da aquisição de outras entidades.

A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, divulgados na nota explicativa nº 17, caixa e equivalentes de caixa e títulos e ações, incluindo o capital social e os prejuízos acumulados.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O Grupo pode mudar a forma e a estrutura do capital, dependendo da economia, com o objetivo de otimizar sua alavancagem financeira. Além disso, a Administração analisa periodicamente a estrutura do capital e a capacidade de liquidar seus passivos, tomando as providências adequadas, quando necessário, para melhorar os índices do Grupo.

Em março de 2011, a Sociedade recebeu um aporte de capital no valor de R\$191.490, conforme mencionado na nota explicativa nº 21, que foi utilizado para financiar o crescimento das operações.

b) Práticas contábeis significativas

Para detalhes sobre as principais políticas e métodos contábeis adotados, incluindo os critérios de reconhecimento de receitas e despesas para cada classe de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, vide nota explicativa nº 3.

c) Categorias de instrumentos financeiros

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros registrados ao custo amortizado nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros são distribuídos da seguinte forma:

	Valor contábil e valor justo			
	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/10	31/12/10
Ativos financeiros:				
Disponível para venda-				
Aplicações financeiras	82.399	-	86.591	-
Contas a receber e recebíveis reconhecidos ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	223	16.218	54.401	139.971
Contas a receber	-	-	48.313	33.433
Total	<u>82.622</u>	<u>16.218</u>	<u>189.305</u>	<u>173.404</u>
Passivos financeiros-				
Outros passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	156	-	53.916	48.793
Empréstimos e financiamentos	-	-	242.459	406.866
Contas a pagar por aquisição de negócio	-	-	25.487	-
Total	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>321.862</u>	<u>455.659</u>

Na opinião da Administração do Grupo, os instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu custo amortizado, aproximam-se de seus respectivos valores justos. Contudo, considerando que não existe mercado ativo para esses instrumentos, poderão surgir diferenças se esses valores forem liquidados antecipadamente.

d) Liquidez e risco de taxa de juros

A gestão de liquidez implica manter recursos financeiros, como caixa, títulos, valores mobiliários e linhas de crédito compromissadas, suficientes para gerir a capacidade de liquidação de compromissos.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado do Grupo considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A seguir, está detalhado o vencimento contratual remanescente do Grupo para seus ativos e passivos financeiros não derivativos com prazos de amortização acordados. Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo possa ser obrigado a efetuar o pagamento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na primeira data em que o Grupo pode ter de pagar.

	Taxa de juros média efetiva ponderada - %	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010:							
Fornecedores	-	43.152	4.992	649	-	-	48.793
Contas a receber	-	31.959	47	1.427	-	-	33.433
Empréstimos e financiamentos	10	21.633	9.947	75.660	383.847	10.964	502.051
31 de dezembro de 2011:							
Fornecedores	-	53.001	902	3	10	-	53.916
Contas a receber	-	35.941	9.094	3.278	-	-	48.313
Empréstimos e financiamentos	12,68	7.953	4.485	24.107	157.365	89.055	282.965
Valor a pagar por conta de aquisição de empresas	-	-	-	5.242	-	28.129	33.371

e) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas substancialmente por meios de pagamentos, principalmente cartões de crédito e débito, reduzindo substancialmente os riscos de inadimplência. Parte das vendas relativas à comissaria é efetuada para empresas aéreas, cuja capacidade de crédito é monitorada. Como resultado dessa gestão, as perdas esperadas foram registradas na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Administração considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, consideradas pelo mercado como de primeira linha.

f) Risco de taxa de juros

O Grupo possui empréstimos e contratos de dívida em dólares norte-americanos e reais, indexados à LIBOR (taxa de longo prazo), à TJLP (contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), ao CDI (taxa de depósito interbancário) e ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e impostos a recolher, com juros baseados na SELIC e na TJLP. Há um risco inerente nesses passivos decorrente da flutuação normal nesse mercado. A Sociedade e suas controladas não possuem nenhum contrato de derivativo para mitigar esse risco, já que, na opinião da Administração da Sociedade, não há nenhum risco significativo quanto a essas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os empréstimos contratados e outras obrigações, a Sociedade e suas controladas utilizam, para um cenário “provável”, a taxa de mercado obtida em bolsas brasileiras ou internacionais e considera um acréscimo dessa taxa de 25% e 50% nos Cenários I e II, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

	<u>Provável</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Empréstimo Itaú (ao ano) - CDI	12,90%	15,78%	18,65%
Encargos estimados	10.320	12.620	14.920
Empréstimo Bradesco (ao ano) - CDI	13,75%	16,63%	19,50%
Encargos estimados	8.543	10.330	12.116
LIBOR (ao ano)	2,75%	2,81%	2,88%
Encargos estimados	2.361	2.414	2.468
TJLP (ao ano)	15,25%	10,94%	12,63%
Encargos estimados	678	486	561
INPC (ao ano)	6,80%	8,50%	10,20%
Encargos estimados	119	149	179

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros, a Sociedade utiliza a taxa de mercado obtida de Bolsa de Valores internacional em 31 de dezembro de 2011 e, nos Cenários I e II, considera um aumento (redução) nessa taxa de 5% e 10%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

<u>Cenário</u>	<u>Provável</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
LIBOR (a.a.)	0,25%	0,3%	0,4%
Encargos estimados	2.561	2.619	2.678

g) Índices de endividamento

O índice de endividamento no fim de cada exercício é o seguinte:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Dívida	242.459	406.866
Caixa e saldos de bancos (aplicações financeiras)	(140.992)	(139.971)
Dívida líquida (i)	101.467	266.895
Patrimônio líquido (ii)	<u>821.822</u>	<u>514.743</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,12</u>	<u>0,52</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

30. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOJAS

O Grupo possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros e partes relacionadas (vide nota explicativa nº 28). Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 5 a 20 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional de 10 anos. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal, acrescida de um percentual negociado sobre as vendas mensais realizadas pelas lojas.

Em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis totalizam R\$69.886 (R\$55.085 em 2010).

As obrigações futuras de arrendamentos operacionais são conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2012	83.723
2013	87.549
2014	91.524
2015 em diante	<u>867.705</u>
Total	<u>1.130.501</u>

31. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais, concedidos ou recebidos, são os seguintes:

<u>Tipo</u>	Consolidado	
	<u>(IFRS e BR GAAP)</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Garantias	5.725	5.851
Linhas de crédito disponíveis	10.000	12.193
Compromissos relacionados a contratos comerciais	84.541	76.353

As controladas do Grupo pertencentes ao antigo Grupo Frango Assado mantêm certos compromissos de compra de volumes mínimos com fornecedores de combustíveis, segundo os quais, em caso de inadimplência, o Grupo fica obrigado a pagar 10% do custo total do volume adquirido no período como multa. Parte dos volumes mínimos previstos nos respectivos contratos não tem sido atingida, e historicamente os fornecedores tem dispensado esse cumprimento estendendo o prazo original dos contratos.

32. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota uma política de seguros que leva em conta, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, fornecendo um nível de cobertura considerado suficiente de acordo com o tipo de atividades do Grupo e a orientação de seus corretores de seguros.

As coberturas de seguros em valores de 31 de dezembro de 2011 são assim demonstradas:

<u>Tipo</u>	<u>31/12/11</u>
Responsabilidade civil	13.051
Riscos diversos - estoques e imobilizados	268.712
Veículos	32.116
Outros	<u>3.242</u>
Total	<u>317.121</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Sociedade define como caixa e equivalentes de caixa valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento nem para outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos que compõem essa rubrica estão representados conforme a nota explicativa nº 8.

No segundo trimestre de 2011, a Sociedade registrou aumento de suas reservas de capital em virtude do reconhecimento do plano de direito a ações firmado com diretores e empregados (vide nota explicativa nº 27). Essa operação, no valor de R\$2.546, não envolveu ingresso nem desembolso de caixa.

Em abril de 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.b), o Grupo concretizou a compra da Comissaria Aérea Brasília Ltda. e da Comissaria Aérea Brasil Ltda. Como parte do preço de aquisição, o valor de R\$17.500 será pago em até cinco anos. Esse valor representou um acréscimo no passivo e no ativo do Grupo, sem desembolso de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa. Não houve outras transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 que importaram em aumentos ou diminuições patrimoniais sem efeitos nos fluxos de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, itens c) e d), o Grupo adquiriu as empresas Aeroservicios De La Costa Limitada, que opera serviços de comissaria em aeroportos na Colômbia, Inversiones G Serrano M Aeroservicios Ltda., empresa fornecedora de alimentos para serviço de bordo em aeronaves (“comissaria”) no aeroporto de Bogotá, na Colômbia, e Servecom Catering Refeições Ltda., que opera serviços de comissaria no aeroporto de Viracopos, em Campinas, no Brasil, cuja parcela no valor de R\$6.396 será paga em até 18 meses e a parcela de R\$1.700 será paga em até 5 anos; portanto, não houve desembolso de caixa.

34. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Básico

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo exercício.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do exercício aos acionistas	1.875	7.873
Ações disponíveis:		
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)	79.532	45.893
Média ponderada dos direitos de ações concedidos (vide nota explicativa nº 27)	38	-
Média ponderada das ações disponíveis	79.570	45.893
Lucro líquido por ação básico - R\$	<u>0,02</u>	<u>0,17</u>
Lucro líquido por ação diluído - R\$	<u>0,02</u>	<u>0,17</u>

35. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 23 de fevereiro de 2012 o Grupo assinou memorando de entendimentos com as empresas LF BAR Ltda., BFC Ltda. e LF Franchising Ltda., para a aquisição de direitos das marcas Wraps e Go-Fresh, bem como de sete restaurantes próprios e dos direitos de franqueador sobre essas marcas, que atualmente contam com cinco franquias.

A precificação final e o fechamento da transação estão sujeitos à auditoria legal a ser feita pela Sociedade, no prazo estimado de até 90 dias, que poderá ser prorrogado caso as partes julguem necessário.

Em linha com a sua política de transparência de divulgação de informações e de governança corporativa, o Grupo manterá o mercado em geral informado, assim que houver alguma outra informação relevante.

36. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2012 foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2011, estando aprovadas para divulgação.
